

COLIGAÇÃO PRA CAMPINA CRESCER EM PAZ

DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE GOVERNO

Conteúdo

1. Introdução	3
2. A cidade que temos e a cidade que queremos construir	8
3. O Plano de Governo.....	11
4. Indústria	14
5. Comércio.....	17
6. Agricultura.....	19
7. Ciência & Tecnologia	26
8. Turismo.....	28
9. Infraestrutura	30
10. Meio Ambiente	32
11. Políticas Sociais.....	36
12. Mulheres	43
13. Idosos.....	45
14. Infância e Juventude	47
15. Portadores de Necessidades Especiais	50
16. Saúde	52
17. Educação	59
18. Cultura	63
19. Esporte e Lazer	67
20. Segurança Pública.....	68
21. Trânsito e Transportes Públicos.....	71

1. Introdução

É da essência da democracia a realização periódica de eleições. Estamos vivendo os momentos que precedem mais uma campanha eleitoral. Os eleitores campinenses estão sendo chamados a emitirem mais um pronunciamento sobre como desejam que sua cidade seja gerida nos próximos quatro anos. Este momento, que deveria constituir a grande oportunidade de dar-se a conhecer ao eleitorado as propostas dos candidatos para a gestão dos negócios públicos corre o risco de transformar-se em mais uma batalha de marketing, onde publicitários que desconhecem por completo a realidade da cidade propõem projetos mirabolantes com o único intuito de convencer o eleitorado e ganhar as eleições. Candidatos sem nenhuma consistência são transformados em produtos comerciais e “vendidos” como se fossem sabonetes. Em lugar deles, a Coligação **Pra Campina Crescer em Paz** oferece uma candidatura autêntica. Daniella Ribeiro conhece Campina e seu povo. Construiu seu mandato de vereadora em permanente contato com o povo. No mesmo diapasão, seu mandato de Deputada Estadual foi alcançado em diálogo constante com a população.

O que menos se vê nos programas do horário eleitoral é a apresentação de propostas consistentes para resolver os graves e urgentes problemas da cidade. O resultado todos sabem quais são, pois sofrem as consequências de administrações desastrosas. São gestões desprovidas de planejamento estratégico, onde projetos de ocasião, o imprevisto e obras supérfluas substituem a solução dos problemas reais da cidade, que se agigantam de ano para ano por não serem resolvidos.

O poder é buscado pelo simples fato de que se quer exercê-lo sem que se tenha em conta os verdadeiros destinatários de seu exercício, o povo. Os “marketeiros” produzem sempre “novas ideias”. Ao final de quatro anos, as “novas ideias” mostram-se ideia nenhuma. Campina Grande encontra-se estagnada. Essa é uma constatação que se faz a olho nu. Os tempos em que a Rainha da Borborema reproduzia Recife constituem apenas lembranças. Já não se tem a hegemonia da arrecadação estadual. Na década de 1950, o desenvolvimento econômico de Campina Grande era considerável. Impulsionada pela crescente industrialização, entre 1950/1954 o município contribuía com 1/3 da arrecadação do Estado. Os intelectuais campinenses,

os empresários, aqueles que sempre pensaram a cidade para planejar seu futuro, deixaram de ser chamados a contribuir.

A eleição deste ano reveste-se de uma importância especial. A cidade tem de responder aos que se aproveitam de seu dinamismo e rebeldia para fazerem promessas mirabolantes a fim de solucionar os seus ingentes problemas sem, todavia, demonstrarem uma única preocupação de cumpri-las. As inúmeras transformações que o mundo globalizado sofreu impõem que se tenham os olhos fitos no futuro que começa a ser construído agora. Por outro lado, deve decidir se quer continuar a assistir passiva à luta entre dois grupos que se pretendem hegemônicos na cidade, ou optar por quem efetivamente tem propostas para retirar a cidade do marasmo e assegurar um novo tempo de progresso e paz. É preciso optar por quem quer trabalhar.

Essa, pois, não é uma eleição qualquer. Nela, resolve-se o futuro de Campina Grande. O que se decide não é quem dirigirá a cidade, mas que direção ela tomará nos próximos anos. Para decidir a questão, tem-se que ter presente o que foi feito da cidade nas últimas administrações. É preciso perceber por entre o cipó demagógico esgrimido pelos “marketeiros” através de seus candidatos quais as reais soluções para tornar Campina Grande, novamente, contemporânea.

A aliança político-eleitoral que se forma em torno da candidatura de Daniella Ribeiro firma compromissos com a busca de soluções para o quadro de exclusão social a que estão condenados largos segmentos da sociedade. Se nos últimos anos a cidade não cresceu como deveria, deve-se à ausência de investimentos estruturantes por parte do Governo Municipal. É tempo de reconstrução. Nos anos 1960, em outro tempo, outro campinense de cepa propôs a Revolução da Prosperidade. É chegado o momento de propor uma nova revolução para resgatar a cidade.

Diante do quadro atual, que fazer? Buscar parcerias e incentivar o surgimento de novas vocações. As universidades são parceiras preciosas. Campina Grande desponta como um polo de desenvolvimento na área de tecnologia da informação. A geração de empregos em larga escala, todavia, somente ocorre com investimentos industriais. Como já anunciava a Revolução da Prosperidade em 1960, o Programa de Governo de Newton Rique, *“não se resolve o problema da miséria em uma cidade sem emprego e estes empregos só podem vir das atividades remuneradoras da indústria”*. De 1961 a 1965, Campina Grande se situou na quarta posição entre as cinco cidades nordestinas mais beneficiadas com projetos da SUDENE de implantação

ou ampliação de fábricas, superando todas as capitais de Estados e principais cidades da Região, exceto Recife, Salvador e Fortaleza. É preciso retomar esse tempo de prosperidade. Para tal, qualquer cidade há de contar com três fatores fundamentais: água, energia e áreas industriais aptas a receber os empreendimentos.

O comércio campinense continua sendo o maior de todo interior do Norte e Nordeste, destacando-se nas vendas em grosso para as regiões polarizadas. No setor de serviços, a cidade apresenta sua mais dinâmica atuação, sendo o mais importante polo de serviços hospitalares e educacionais do interior nordestino.

Na área educacional, Campina Grande é hoje um dos principais polos de desenvolvimento tecnológico e de formação de recursos humanos do País. Sua vocação neste sentido já se consolidou, desde o seu pioneirismo, com a criação da Escola Politécnica, até os dias de hoje quando tem aproximadamente 25.000 pessoas envolvidas nas atividades de formação universitária, de ensino, pesquisa e extensão, nas três Universidades — UEPB, UFCG e IFPB— e nas diversas instituições universitárias particulares.

O equacionamento dos problemas da cidade passa por cinco esferas a saber:

- a) a orçamentária e fiscal, que se reflete no incremento das receitas, na solução dos evidentes problemas de tributação, de um lado, e na diminuição das despesas, na racionalização dos serviços públicos essenciais, na redefinição de prioridades, por outro lado;*
- b) a econômica, representada pelas questões relativas à agricultura, à indústria e os serviços, que repercutem na necessidade real de retomada dos investimentos produtivos, que aumentem o nível de emprego e, por via de consequência, incrementem a massa de salários e renda;*
- c) a urbana, em virtude da necessidade de adequação das instalações comerciais, habitacionais, transportes, vias, praças, paisagem e serviços públicos essenciais, aos novos tempos, que requerem solução rápida para os problemas de mobilidade urbana.*
- d) a social, em função da necessidade premente da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, disponibilizando a todos os cidadãos políticas públicas inovadoras e verdadeiramente revolucionárias nas áreas de saúde, educação, moradia, assistência social, segurança pública, cultura, esporte e lazer.*
- e) a ambiental, pois o compromisso com desenvolvimento sustentável, que visa a melhoria da qualidade de vida da população deve*

garantir a preservação da vida e dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras.

É disto que se trata quando se fala em retomada do desenvolvimento. O Brasil, apesar da crise mundial, está vivendo um novo ciclo de desenvolvimento sustentável. Somente participará desses novos tempos quem tomar a precaução de preparar-se. Quem investir em infraestrutura, quem melhorar os índices de saúde pública, quem preservar um superávit energético, quem tratar a educação, especialmente a técnica, como prioridade. Somente assim estará apto a usufruir das benesses dos novos tempos.

O atual governo municipal pouco, ou nada, fez em termos estruturantes. As contas públicas estão desequilibradas. Há uma evidente crise de confiança. Os profetas da crise contribuíram para que a iniciativa privada passasse a considerar a cidade como um investimento de risco. De importadora de capitais, Campina passou a exportá-los. O mais grave é que a cidade, excelência em ensino superior e qualificação profissional, não gera empregos suficientes para absorver a mão de obra qualificada que sai das universidades e dos cursos profissionalizantes. Resultado: exportação de capital intelectual para outros centros. É preciso criar uma Campina Grande capaz de oferecer oportunidades aos campinenses e aos que aqui vêm estudar.

Ao não se antecipar na adequação de equipamentos — infraestruturas — receptivos às atividades terciárias, reciclando e modernizando suas infraestruturas urbano-comerciais, Campina Grande perdeu contato com as formas modernas de comercialização de bens e serviços. Isto é tanto mais grave, quanto mais se tenha em conta que as atividades terciárias, comerciais ou prestadoras de serviços, são consideradas “vocações naturais” da cidade. E, mais ainda, quando se tem em consideração que o segmento econômico que mais se expandiu na formação do PIB nacional e regional foi o dos serviços.

Ocupando uma posição geográfica estratégica no Estado e na região, serve de ligação entre o interior e a capital paraibana e até para outros Estados. Se no passado, os tropeiros vinham à cidade para trazer o resultado da produção sertaneja, na atualidade a posição estratégica de Campina é um diferencial para atração de novos empreendimentos que distribuem seus produtos no Nordeste, visto que a “Rainha da Borborema” está numa posição equidistante dos principais portos da região.

Neste sentido, a Coligação **Pra Campina Crescer em Paz** propõe fundamentar seu Plano de Governo em uma meta síntese, que balizará a administração, e metas regionais, que possibilitarão mudar a face urbana da cidade e metas sociais, que orientarão o compromisso inabalável com a melhoria de vida da população. Por outro lado, a fim de possibilitar a geração de emprego e renda, assim como barrar o processo de descapitalização da cidade, serão instaladas Câmaras Setoriais com a participação do poder público, sociedade civil, iniciativa privada, agências de fomento e órgãos financiadores.

Meta síntese

Construção da Cidade Administrativa na Alça Sudoeste, composta de Centro Administrativo Municipal, conjunto habitacional destinado aos servidores públicos municipais, centro comercial, centro social, infraestrutura e todos os equipamentos necessários à habitabilidade. Pelo volume de recursos que movimentará, pela intervenção radical na face urbana da cidade e pelo deslocamento populacional que provocará essa constitui a meta síntese em virtude de, a um só tempo, simbolizar as modificações que se pretende e o novo rumo para a cidade.

Metas regionais

Subordinadas à meta síntese, propõe-se metas regionais, que viabilizarão as modificações necessárias à face urbana da cidade e permitirão que a Cidade Administrativa atinja os objetivos a que se propõe.

- Conclusão do Canal do Prado;
- Conclusão do Canal de Bodocongó;
- Conclusão do Canal do Araxá;
- Construção do Parque Temático do Açude de Bodocongó;
- Construção do Açude do Covão;
- Construção do Açude da Catirina;
- Canalização do Córrego da Rua Frei Damião de Bozzano;
- Abertura e pavimentação de ruas;
- Criação de uma Área de Preservação Ambiental na comunidade do Louzeiro;
- Construção de praças;
- Ampliação do sistema de saneamento básico;
- Programa de arborização da cidade.

Câmaras Setoriais

A fim de viabilizar uma intervenção negociada na economia de Campina Grande, serão instaladas Câmaras Setoriais compostas de representantes das Secretarias Municipais de cada área, de representantes de entidades da sociedade civil vinculadas a cada setor, representantes das agências de fomento do desenvolvimento, das entidades financeiras e do SEBRAE, que se encarregarão de estabelecer metas e diretrizes para o planejamento da intervenção do Governo Municipal nos domínios que se pretende desenvolver.

- Câmara Setorial da Micro e Pequena Empresa
- Câmara Setorial das Empresas de Base Tecnológica
- Câmara Setorial das Empresas de Grande e Médio Porte
- Câmara Setorial da Agricultura Sustentável
- Câmara Setorial do Comércio Varejista
- Câmara Setorial do Comércio em Grosso
- Câmara Setorial da Mobilidade Urbana

Toda a história econômica da cidade está associada às suas atividades comerciais. À prestação de serviços. Na verdade, reciclar, ampliando, bem como modernizando todas as infraestruturas urbanas — feiras, mercados ou shoppings — que servem às atividades de produção e de comercialização de bens imóveis, móveis e os próprios serviços, é imperativo de modernização.

2. A cidade que temos e a cidade que queremos construir

Vários estudos na área de desenvolvimento urbano indicam que o processo de desenvolvimento das cidades duplica o volume de dificuldades a cada 100 mil novos habitantes. Mais grave: os bolsões de degradação urbana (miséria e desordenamento) tendem a se multiplicar à medida que a cidade vai-se movimentando para a etapa de aproximação do ciclo demográfico dos 500 mil habitantes. Este é o horizonte de Campina Grande no momento.

O planejamento urbano deve ter como gramática de referência o Estatuto da Cidade e os Programas do Governo Federal, voltados para a mobilidade urbana e qualidade de vida. É preciso intervir no processo degradante de convivência com “cidades ocultas”, cidades no interior da cidade, marcadas por espaços sufocantes e

sem expectativa de vida com decência. É inevitável a coexistência de cidades duplas, cidades com dois rostos, um mapeado por equipamentos públicos em funcionamento e outro, por forças de fricção desestabilizadoras, estruturalmente insubmissas pela ausência de políticas públicas.

As cidades sem orientação urbana, sem plano diretor negociado com a comunidade, são o cenário próprio da degradação humana e da crise da convivência sem destino. A cidade acontece no interior da cidade. Uma funciona dentro da outra através de intervenções públicas que produzem qualidade de vida coletiva.

A cidade deve ter uma fisionomia legível. Deve estar sempre vestida de novo. A cidade não pode ser vítima do seu próprio desenvolvimento. Hoje, é comum falar-se na crise da cidade, mas é possível imaginar fazer uma cidade sem crise.

A diversidade urbana é um marco estruturante no horizonte do gestor público. A cidade não pode ser um ambiente de cena congelada. Como espaço de densidades e de potencialidades de recursos financeiros, humanos e materiais, o congestionamento não pode ser regra.

A cidade precisa mapear e edificar pontos de referência capazes de desconstruir a pasteurização da imagem urbana. As políticas públicas não devem focar a homogeneização da aparência. Pelo contrário, devem buscar a diversificação das faces múltiplas de intervenção através de ações adequadas, mas pluriformes.

Olhar para a cidade como compromisso público é enxergá-la como espaço de conforto e de bem estar. A cidade é receptáculo e não, simulacro. Território do sempre renovado, não é justificável que o crescimento urbano justifique mais lixo nas ruas, mais filas nos postos de saúde, mais crianças fora da escola, mais jovens sem qualificação profissional, mais adultos sem emprego, mais desorganização no trânsito e mais degradação dos serviços públicos. São inaceitáveis espaços urbanos, verdadeiros cenários do abandono coletivo, com o comprometimento com os limites da decência, da cidadania e do bem estar básico da população.

A cidade deve ser o lugar do conforto. Criada há mais de 6 mil anos, sua gênese está na necessidade de multiplicar os espaços convivência, os pontos de encontro, as facilidades comunitárias, a participação coletiva, a cidadania emancipada, a cultura e a civilização.

Há uma forma adequada de ler a cidade. Ela não é um quebra-cabeça nem uma realidade incorpórea. Tem crianças que precisam ir à creche. Jovens que precisam se qualificar. Adultos que precisam trabalhar. Os idosos que precisam de assistência. Os aposentados não podem ser abandonados. Todos, enfim, precisam movimentar-se, que a vida é fluidez e não pode ficar refém do delírio do medo imposto pelas drogas e pela violência. Este caleidoscópio de realidades humanas, de sonhos, de desejos e medos deve estar presentes à agenda do gestor público para que ele possa imaginar soluções. O que pode ser imaginado, pode ser sonhado, pode ser feito e refeito.

A etiqueta da cidade é POVO FELIZ. Para isto, o orçamento público deve ser a fotografia das necessidades dos habitantes do território urbano. A cidade não pode ser constituída de pedaços, retalhada em partes que não se articulam.

Ao poder público cabe reagrupar o que está esquartejado, disperso e desconjuntado em partes que nunca encontram. Seja pelas disfunções do abandono, seja pelo inaproveitamento das potencialidades disponíveis.

A cidade pode e deve constituir-se em ser visível, na pessoa de seus homens e de suas mulheres, de suas crianças e de seus idosos, dos trabalhadores e dos desempregados. De seus cidadãos, instituições e lideranças. Com o povo no poder! Vazia e sem rumo é a cidade que adormece na indiferença e no esquecimento do poder público.

A única forma de antecipar um futuro seguro para a cidade é cuidar do seu presente, dando-lhe um sentido direcionador. O labirinto dos problemas e desafios urbanos tem correção e, não, adivinhação. Reencontrar os caminhos da cidade é reconstruir as rotas da infância, da juventude, dos adultos e da melhor idade, a fim de que cada um possa achar a si próprio.

O primeiro dever do poder público em relação ao cidadão a que serve é multiplicar as fontes de trabalho, e as rotas de chegar ao trabalho sem o caos diário de um trânsito que não transita. É preciso resgatar o cidadão trabalhador deste flagelo, tirá-lo do ambiente de dormência imposta e abrigá-lo na permanência da cidade feliz. O que vale uma cidade que não confere cidadania?

Na sociedade do conhecimento, a cidade tem que ser contemporânea do futuro. Recriar-se, continuamente, através de Redes de Comunicação. As novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) asseguram uma plataforma única

para o desenvolvimento econômico e social do espaço urbano. Na formação urbana atual, o conceito operativo de cidade digital impõe-se como essencial à sobrevivência individual e coletiva. Cria-se, assim, uma expectativa renovada de avanço na qualidade de vida da população pela potencialização de oportunidades de emprego e renda. Na base do enfoque da cidade digital, está a educação como elemento estratégico essencial para o desenvolvimento harmônico e democrático de cidade reFEITA.

3. O Plano de Governo

O Plano de Governo aponta para a efetiva possibilidade de mudança na vida das pessoas e de afirmação de um projeto de desenvolvimento sustentável para a cidade. Todavia, para executá-lo, é necessário construir a hegemonia de um bloco social que compartilhe uma visão comum sobre os rumos a serem seguidos e os objetivos a serem alcançados. Para tanto, alguns parâmetros balizam essa concepção.

A superação das desigualdades sociais somente é possível revertendo-se o círculo vicioso da produção e reprodução da pobreza, das desigualdades e da concentração de renda. Esse objetivo geral pode ser atingido quando é priorizado o protagonismo dos cidadãos e cidadãs no estabelecimento de políticas públicas. Por outro lado, a promoção das mudanças no modo de governar, estabelecendo a competência e a transparência como critérios basilares, evitará que o poder de decisão sobre os destinos da coletividade fique nas mãos de uns poucos privilegiados, sem que a sociedade se aproprie dos processos políticos.

Mudar essa realidade implica mudança na forma de direcionar os recursos públicos, que muitas vezes são distribuídos por critérios de apadrinhamento e clientelismo. Com total transparência viabilizada pela instalação do Governo Eletrônico, será garantida a participação cidadã e o controle social da administração. Tal mudança na forma de construir e monitorar as políticas públicas e os serviços governamentais possibilitará à sociedade opinar e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas que lhe são oferecidas.

Portanto, garantir a igualdade de oportunidades e de acesso aos serviços e bens públicos será uma das prioridades da aliança política formada em torno de Daniella Ribeiro. Neste sentido, deverá ocorrer mudança nos conteúdos das políticas públicas que não atendam aos critérios de universalidade, igualdade e justiça social.

Por outro lado, uma gestão competente pressupõe o acesso democrático à comunicação, à informação, aos avanços tecnológicos e ao conhecimento. Esse é o caminho a ser seguido quando se pretende promover o desenvolvimento local, possibilitando mudanças na forma de encarar as potencialidades do município.

Ao estabelecer a competência e a transparência como paradigmas de sua administração, Daniella Ribeiro quer assegurar a corresponsabilidade na gestão pública, permitindo mudanças na forma de definir e cobrar responsabilidades, para que o governo e a sociedade sintam-se solidariamente responsáveis pela gestão do patrimônio público e pela construção de uma sociedade justa e democrática. Neste sentido, além da prática do Orçamento Democrático e Participativo, a aliança liderada por Daniella Ribeiro pretende levar à prática um planejamento democrático a partir de Câmaras Setoriais, integradas pelo Poder Público, sociedade civil, pela iniciativa privada e agências financiadoras, que enfrentem os ingentes problemas da cidade e proponham soluções viáveis para eles.

Para que os novos tempos encontrem a cidade apta à retomada acelerada do crescimento econômico e reencontre suas vocações é necessário revolucionar a gestão das políticas públicas. É o que Daniella Ribeiro pretende fazer com competência e, sobretudo, transparência.

Campina Grande vem de um período de instabilidade política e ausência de planos estratégicos. Em sete anos não foi realizada uma só obra de forma articulada e planejada, que tivesse o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável do Município. Projetos estratégicos e fundamentais para o desenvolvimento de Campina Grande foram abandonados.

A agricultura foi praticamente dizimada e o município não tem sequer uma cultura de destaque. Paralelo a isso, a cidade assiste às finanças públicas sofrerem um processo acelerado de desequilíbrio, inclusive com ameaças ao pagamento da folha de pessoal. Os reflexos nas áreas sociais foram imediatos.

Na saúde, durante anos, não se viu qualquer investimento. A educação fundamental e média perdeu qualidade, sofreu perdas, principalmente, se forem feitas avaliações relativas a outros municípios do mesmo porte. A educação infantil foi, simplesmente, esquecida e as creches perderam qualquer papel pedagógico.

A falta de qualidade e compromisso na educação reflete-se na evasão de alunos da rede pública. Dados do IBGE mostram que em 2005, foram feitas 29.424 matrículas na rede pública municipal no ensino fundamental. Em 2011, esse número caiu para 20.338 matriculados, o que representa uma queda de 30%. A taxa de analfabetismo é alarmante, pois 14,30% da população entre 15 e 24 anos são analfabetas, até 59 anos a taxa é de 10,60% e acima de 60 anos o analfabetismo atinge 32.10% desta população, de acordo com os números do IBGE.

O percentual de alunos reprovados é preocupante. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) revela que em 2009 no 3º ano o índice de reprovação ultrapassa os 35%, no 5º ano atinge 30% e no 9º ano 27%. Os números são preocupantes, principalmente para o 5º e 9º ano, que servem de “porta de entrada” para os próximos estágios do ensino.

O desenvolvimento humano passou a ser encarado como mera assistência social imediatista. A grande obra social que se viu foi o atendimento a pedidos de cunho político. O bem-estar social deixou de ser visto como o conjunto de condições para uma vida digna: moradia, trabalho, educação, saúde, segurança, cultura e lazer.

Dessa forma, nenhum projeto de geração e distribuição de renda foi executado, a não ser os implementados pelo Governo Federal, como o Bolsa Família. Muito menos projetos de regaste dos serviços essenciais e condições de vida digna para a população. Os reflexos podem ser vistos no cotidiano das pessoas e no dramático aumento da violência nos últimos anos.

Os resultados de toda essa falta de planejamento para Campina Grande são visíveis. O município perdeu muito espaço em relação aos seus vizinhos e todo o setor produtivo foi comprometido por falta de uma visão consequente e global.

Houve um aumento das distorções sociais, com reflexos em todos os setores e serviços voltados para o desenvolvimento humano. A consequência é um município que precisa recuperar o tempo perdido e projetar um futuro de pelo menos 20 anos como forma de resgatar todas essas perdas.

Realizado o diagnóstico dos problemas, tendo a população como o maior termômetro das áreas mais deficientes, o Plano de Governo deve priorizar, pelo menos, quatro eixos como prioritários a saber:

- Desenvolvimento Econômico
- Boa Governança
- Desenvolvimento Social e Humano
- Ações Afirmativas

Assim, o objetivo é reaquecer e ordenar o crescimento econômico e garantir condições dignas na educação, saúde, segurança e ação social. Atingir a excelência nessas áreas e estabelecer uma política efetiva e eficaz para os setores produtivos.

4. Indústria

Como cidade polo de desenvolvimento, Campina Grande apresenta uma multiplicidade de vocações e competências distribuídas pelo território do município, que devem ser aproveitadas de forma racional. O empreendedorismo proverbial do campinense deve ser privilegiado, através do incentivo às iniciativas de micros, pequenos e médios empresários, artistas e estudantes, associações e cooperativas, através de políticas públicas.

Campina Grande tem hoje um parque industrial considerável que, inclusive, coloca-a no campo das cidades globais. Da mesma forma que outrora, com o algodão, quando nossos olhos tinham que estar voltados para o mundo, os mercados internacionais, hoje, através das indústrias couro-plástico-calçadista, capitaneadas pela Alpargatas, e do segmento têxtil, capitaneado pela Coteminas. No mesmo norte, o conglomerado das indústrias alimentícias e cerâmicas. Assim, as administrações de Campina Grande têm que estar antenados nos mercados globais.

A cidade possui produtos e indústrias globais: o mundo está aqui tanto quanto estamos nele. Está aparelhada para inserir-se no mundo global em produtividade, bem como competitividade. Porém, não pode crescer. Hoje em Campina a industrialização está estrangulada por não dispor de distritos industriais com infraestruturas adequadas (em quantidade e qualidade, mas também em tecnologias). É o nosso desafio para os próximos anos dotar a cidade de tais infraestruturas.

A área onde funcionou a Indústria Têxtil de Bodocongó foi desapropriada pelo Governo do Estado para instalar empresas de um setor estratégico e

extremamente rentável e promissor no contexto globalizado da economia atual, a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), área que Campina Grande, com sua tradição vanguardista e visionária, incorporada na Escola Politécnica pela criação dos cursos de Engenharia Elétrica e Sistemas de Computação já nos anos 60, desenvolveu uma *expertise* que é referência internacional, tanto pela excelência acadêmica dos seus cursos superiores e de pós-graduação no ensino e pesquisa, como pelas inúmeras empresas de base tecnológica que atualmente se destacam em nosso parque produtivo. Trata-se do Centro de Inovação Tecnológica Telmo Araújo – CITTA.

O famoso polo tecnológico tem hoje que ser convertido em um polo de inovação tecnológica. As bases são estes conglomerados citados. Inovação que eleva a produtividade é o motor da manutenção da competitividade. E o CITTA destina-se a fazer esta ponte dos conglomerados, das universidades e das instituições de pesquisa e desenvolvimento. Entretanto, tem sido solenemente desconhecido pela atual administração municipal.

O objetivo é a geração de empregos, oportunidades de trabalho e ocupações, em curto espaço de tempo, mediante a participação ativa do poder público e da sociedade civil organizada, através de entidades públicas e privadas. Nesse ponto é necessário que se faça uma importante diferenciação. Se todo emprego pressupõe trabalho e ocupação, nem toda ocupação e trabalho constituem emprego. Portanto, gerar emprego é necessário. Mas, é, igualmente, necessário que oportunidades de trabalho e ocupação sejam geradas como forma de aumentar a renda das famílias. Os números que estão postos não podem permanecer. É inadmissível que uma cidade com o potencial de Campina Grande tenha 55% de seus domicílios com renda de até dois salários mínimos, o que significa que toda a renda dos moradores da residência não chega a 1300 reais. Na outra ponta da pirâmide econômica verificada pelo IBGE, apenas 4,38% das casas têm renda com mais de 10 salários mínimos e 1,9% das casas vivem com renda a partir de 20 salários.

O emprego é importante porque garante aos trabalhadores o acesso a uma série de direitos sociais fundamentais para o exercício da sua cidadania, como a seguridade social, o FGTS e o seguro-desemprego. Mas, é preciso reconhecer que existem muitas formas de trabalho formadoras de uma economia que sustenta muitas famílias sem acesso a esses direitos, que é a economia informal.

Assim, ela precisa ser apoiada e fortalecida para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras que sustentam suas famílias nessa economia. Dessa forma, as propostas de trabalho para serem desenvolvidas pelo governo municipal têm que levar em consideração a realidade dessas famílias.

Na administração de Daniella Ribeiro, o trabalho será prioridade. Para a criação de empregos e geração de rendas, buscar-se-á atrair indústrias para Campina Grande, mas, sobretudo apoiar os empreendedores locais e apoiar as empresas locais, se possível em parceria com o Governo do Estado, mas, com certeza com o apoio do Governo Federal. A criação e melhoramento das infraestruturas urbanas e a oferta de incentivos para que essas indústrias aqui se desenvolvam, são medidas necessárias para o sucesso. Além disso, serão estimuladas as empresas já consolidadas a desenvolverem ações de responsabilidade social apoiando projetos que ajudem a melhorar o desempenho da economia e apoiar os micro e pequenos empresários, mesmo que estejam na informalidade, através do microcrédito.

A adoção de políticas em favor do desenvolvimento industrial e tecnológico é uma das principais vertentes de atuação dos governos na atual conjuntura econômica. Ações e projetos para a promoção do desenvolvimento tecnológico regional, aliadas às de apoio à indústria buscam fortalecer a competitividade, atrair investimentos, incrementar a produtividade, estimular o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor, ampliar mercados, criar empregos de melhor qualidade e garantir um crescimento inclusivo e sustentável.

Construir uma sociedade justa e igualitária exige responder a uma pergunta fundamental: qual é a situação dos trabalhadores? O governo municipal buscará a ampliação do número de trabalhadores no mercado, através do incentivo à consolidação e expansão das atividades econômicas locais, e da qualificação da mão-de-obra dos cidadãos e cidadãs campinenses.

Entretanto, não se pode alcançar ampliar a oferta de empregos sem, ao mesmo tempo, aumentar e modernizar as atividades industriais, apoiando as políticas de fortalecimento do segmento, através da oferta de infraestrutura, logística e mão-de-obra qualificada.

A política municipal de geração de emprego e renda deve estar centrada em quatro perfis populacionais, a saber: o jovem que busca o primeiro

emprego; o adulto desempregado; o adulto que pretende trocar de trabalho para melhorar a renda; o aposentado que precisa voltar a trabalhar para melhorar a renda.

Além dessa vertente faz-se necessário investir na qualificação profissional dos trabalhadores para áreas de maior demanda, nas quais já são verificadas falta de pessoal como a Construção Civil, Serviços, Eletromecânica, Indústria de Alimentos e Automação Industrial.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Propor à Câmara Municipal de Vereadores a revisão das leis de incentivos fiscais, buscando reduzir a carga tributária, objetivando tornar o município competitivo no cenário econômico regional e nacional;
- Implantar um centro permanente de exposição e comercialização de artigos de couro e confecções, na Alça Sudoeste, tornando Campina Grande um centro exportador de produtos manufaturados;
- Viabilizar a instalação do **Polo Cerâmico**, aproveitando a disponibilidade de gás natural e o enorme potencial de recursos naturais existentes no Compartimento da Borborema;
- Propiciar o apoio ao sistema “4S”, através de cursos de aperfeiçoamento de mão-de-obra, capacitando os beneficiários do programa Bolsa-Família do Governo Federal;
- Viabilizar a instalação do Distrito Industrial das Micro e Pequenas Empresas, com toda a infraestrutura de acesso e saneamento.
- Viabilizar a atração de investimentos de empresas de base tecnológica e de alta tecnologia;
- Articular com o Governo Federal a criação do Porto Seco Alfandegado de Campina Grande bem como sua Zona de Processamento de Exportações – ZPE.

5. Comércio

Campina Grande sempre teve vocação para o comércio antes mesmo de sua emancipação política. Boa parte da população está empregada nos diversos estabelecimentos comerciais e de serviços que são oferecidos aos seus moradores e

principalmente aos municípios circunvizinhos que encontram na cidade uma gama de opções em vários setores. O incremento deste setor na economia municipal é responsável pela maior parte do Produto Interno Bruto. De acordo com Censo 2009 do IBGE, o setor de serviços é responsável por quase 60% da composição do PIB Total.

Os números favoráveis não deve gerar acomodação por parte do poder municipal. Afinal existe uma grande massa de pessoas que ainda não conseguiram se inserir no mercado de trabalho e vivem da economia informal. Neste sentido é necessário desenvolver atividades que potencializem novos arranjos produtivos da economia solidária no processo de organização, fomentando o acesso ao crédito, comercialização, formação de redes sociais e/ou setoriais e difusão de tecnologia.

Entretanto as experiências mostram que é necessário fornecer muito mais que acesso ao crédito para evitar que o uso inadequado dos recursos se transforme em endividamento. É preciso uma abordagem bem diferente do relacionamento tradicional banco-cliente porque na maioria das vezes quem contrai o empréstimo não têm cultura financeira para gerir os recursos. É necessário orientação quanto aos negócios antes de contrair o empréstimo e também após a implementação do empreendimento.

Nesses tempos de crise, a criatividade deve ser a tônica. Buscar soluções simples e de baixo custo para problemas ingentes da população. Campina Grande terá a oportunidade de vivenciar estas transformações através de uma administração articulada com as políticas públicas do Governo Federal.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Ampliar o Projeto de Revitalização do Centro, com a construção de novas ARCCAS, modernização de praças e aproveitamento do antigo Cine Capitólio em um projeto de valorização cultural;
- Revigorar a AMDE – Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico, como instrumento promotor do desenvolvimento, promovendo e intensificando a política de micro crédito orientado, através do Programa **Para Campina Empreender e Crescer**, em parceria com o SEBRAE;

- Reparar e reestruturar a AMDE para fomentar a organização coletiva dos trabalhadores em associações e cooperativas, dando suporte para que elas possam funcionar;
- Criar na AMDE um departamento encarregado de assessorar os micros e pequenos empresários na organização de seus negócios, fornecendo orientação jurídica, administrativa e contábil financeira, além de apoio na área de *marketing* e gestão do negócio;
- Criar na AMDE um grupo de trabalho, para elaborar projetos e, através do diagnóstico das demandas e potencialidades do município, melhorar a intermediação de mão-de-obra, através da qualificação e apoio a grupos de produtores a fim de garantir a sustentabilidade dos seus negócios;
- Criar, em parceria com as universidades, uma equipe de profissionais de diversas áreas visando o apoio à organização desses grupos para se estruturarem e se tornarem viáveis;
- Criar o conselho municipal de geração de trabalho, emprego e renda;
- Estimular a economia solidária no município, criando um centro público de economia solidária, com espaço para comercialização, encontros e debates das organizações sociais e grupos de produção, oferecendo apoio à gestão dos negócios e facilitando acesso ao crédito para expandir os pequenos empreendimentos, viabilizando a atração de investimentos;
- Instalar em parceria com a sociedade civil organizada e agências de fomento **Câmaras Setoriais de Desenvolvimento**, cuja finalidade é estabelecer metas para viabilizar o desenvolvimento da cidade;
- Criar um programa de parcerias com universidades para desenvolver pesquisa e extensão universitária voltada para a criação de postos de trabalho no município;
- Recriar o Banco do Povo.

6. Agricultura

A Região Metropolitana de Campina Grande reúne 23 municípios, é a maior do Nordeste e a 24^a do Brasil. Por outro lado, conforme a revista norte-americana Newsweek, é o maior Parque Tecnológico da América latina. Reúne três universidades

públicas, sedia o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, o Instituto Nacional do Semi Árido, além de faculdades particulares isoladas.

Com uma área de 594 km² e uma população de 385.213 habitantes, o que implica uma densidade demográfica de 620 hab/km², o município tem uma população rural de apenas 17.998 habitantes. O PIB do município, em 2009, foi de 3.457 877,604, que representa 13,63% do PIB da Paraíba. Todavia, a participação da agropecuária no PIB campinense é de apenas 0,36%, o que é irrisório para um município que, nos anos 1940, teve uma agricultura pujante. Todavia, o IDH de 0,721 constitui o 3º maior do Estado.

O crescimento das atividades industriais e de serviços em Campina Grande tornou-se um atrativo para a migração de pessoas da área rural para área urbana. Na década de 1940 a população da cidade era iminentemente rural, chegando a 75,6% do total. Com o decorrer dos anos, o que se percebe é uma diminuição em grande escala da população rural. Em 1960, de acordo com dados do IBGE, a população urbana já superava a rural, sendo 60,8% da total. Trinta anos depois, 95% das pessoas residiam na zona urbana. No último Censo do IBGE os números comprovam que cada vez a preferência é pela cidade. O número de moradores da zona urbana já chega a 95,3% da população total da cidade.

Não há dúvidas de que o fenômeno da migração para a zona urbana de Campina Grande ocorre em virtude de a população enxergar na cidade oportunidades de emprego e formação educacional. Entretanto essa constatação remete ao fato de que se os moradores saem de seu local de origem em busca de oportunidades é porque a zona rural não oferece condições dignas de sobrevivência. A falta de pessoal ocasiona uma redução drástica na produção da agricultura.

A estagnação do setor ocorre há décadas e como resultado observa-se que a maior parte dos alimentos consumidos pela população da cidade é proveniente de outros municípios e de outros Estados, o que na maioria das vezes, reflete no aumento dos preços devido aos custos logísticos de transporte.

Não se pode pensar em desenvolvimento abdicando totalmente de investimentos na agricultura. Pelo contrário, um município tem que ser capaz também de produzir alimentos para sua população. Além do mais, é inconcebível deixar os moradores da zona rural a mercê dos fatores climáticos, quando todos sabem que os

fenômenos naturais, como a chuva e a seca, são incontroláveis pelo homem. É preciso criar condições para que o homem permaneça no campo oferecendo-lhe alternativas para quando a produção agrícola de uma cultura não for suficiente para a sua subsistência.

Neste aspecto é preciso ressaltar que parte da população que migra para a zona urbana muitas vezes passa a morar em locais inadequados aumentando a favelização de determinados bairros porque a cidade nem sempre oferece a oportunidade de emprego que o homem do campo imaginava conseguir. Diante dessa realidade fica entre voltar para a zona rural, que ele já sabe que não oferece condições de sobrevivência, ou permanecer na cidade agarrado à esperança de que um dia irá conseguir o tão sonhado emprego. Opta pela segunda opção. Como nem sempre a oportunidade surge, o outrora homem do campo se submete a viver em condições precárias, onde tem filhos e esses filhos passam a viver em situação de risco.

Os investimentos na agricultura devem resultar em ações que possibilitem também o escoamento da produção a preços compatíveis com o mercado. Os agricultores não podem ficar reféns do mercado, tampouco de atravessadores. Uma produção agrícola suficiente não traz benefícios apenas à população, mas também à administração municipal. Parte do alimento consumido nas creches e escolas municipais poderia muito bem ser comprado dos produtores locais, diminuindo assim os gastos públicos, que resultaria em sobra para investimentos em outros setores.

Campina Grande polariza o “Território Rural da Borborema”, homologado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que ocupa uma área de 3.233 km² (23,1% do Estado) e é composto por 21 municípios. Em 2008, o Produto Interno Bruto – PIB do Território da Borborema alcançou o montante de 4,705 bilhões de reais (18,31% do PIB da Paraíba), destacando-se o município de Campina Grande, que foi responsável por 73,48% deste total.

É importante destacar a importância da agricultura familiar como a principal categoria produtiva do setor agropecuário do Território da Borborema, pois, segundo o Censo Agropecuário 2006 do IBGE, existem 27.564 estabelecimentos agropecuários no território, dos quais 24.745 (90,76%) são de agricultores familiares.

Algumas atividades produtivas agropecuárias merecem destaque no Território da Borborema. De acordo com o IBGE, a mais importante delas é a

fruticultura, pois o território produziu mais de 165 mil toneladas de frutas em 2006, respondendo por toda a safra de tangerina e de mudas de frutas cítricas do Estado, além de 94% da laranja, 66% do limão, 61% da banana, 70% do abacate, 61% da jaca, 44% da jabuticaba, 16% do caju, 7% da castanha de caju, 10% da manga e 3% do maracujá produzidos na Paraíba.

Dos vinte e um municípios do Território, dezessete (81%) produzem algum tipo de fruta e, deste total, seis municípios pertencem à região do Brejo paraibano, os quais, juntos, respondem por 87,9% da produção de frutas do Território. Outras lavouras importantes do território são a de feijão preto, cuja produção em 2006 foi de 1.745 toneladas, o que corresponde a 45% da produção estadual, a de batata inglesa, com 1.446 toneladas (32,6%) e a fava, com 2.417 toneladas (27%). Por outro lado, o território é responsável por 45% da farinha de mandioca produzida no Estado, tendo comercializado 1.418 toneladas do produto em 2006.

A horticultura é uma atividade agrícola comercial importante no Território da Borborema, que responde por 25% da produção do Estado, tendo produzido cerca de 30 mil toneladas no ano de 2006. Merecem destaque a produção de chuchu, 11.099 toneladas (99,41% da produção estadual), couve, 337 toneladas (73,74%), alface, 3.224 toneladas (49%) e coentro, 4.456 toneladas (41,51%), dentre outras.

Em virtude de sua vocação histórica como o principal entreposto comercial do interior do Nordeste e de sua posição estratégica no cruzamento da BR 230 e BR 104, a produção agropecuária do território tem seu o grande mercado consumidor e distribuidor no município de Campina Grande. Por outro lado, a presença de instituições de ensino e pesquisa, bem como de ONGs dedicadas ao desenvolvimento rural, faz de Campina Grande um polo dinamizador do setor agropecuário, notadamente da agricultura familiar e especialmente da agricultura orgânica. Em função disso, o governo de Daniella Ribeiro irá incentivar este “cluster” de maneira que Campina Grande venha a se tornar uma referência nacional no desenvolvimento e comercialização dos produtos da agricultura e da agroindústria orgânicas, beneficiando os agricultores familiares do Território da Borborema e criando oportunidades de novos empreendimentos agroindustriais e de distribuição de hortifrutigranjeiros no município.

Além do mais, irá ampliar as compras governamentais através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE) e criar o Programa Merenda Orgânica, oferecendo aos estudantes da rede pública alimentos de excelente qualidade adquiridos dos agricultores familiares do município e do compartimento da Borborema.

O município conta com 5 projetos de assentamento, ocupando uma área de 7.746 ha, com 282 famílias assentadas. O mais antigo assentamento data de 1999 e o mais recente de 2006. Todavia, encontram-se praticamente abandonados sem assistência técnica e sem contar com uma política de apoio que possibilite desenvolver uma produção sustentável. Entretanto, são grandes as possibilidades de produção integrada dos projetos de assentamentos, através de uma central de intermediação entre as organizações de cada um deles.

É possível desenvolver na pecuária, por exemplo, a criação de galinha caipira de corte e postura, piscicultura, aproveitando os inúmeros reservatórios. Por outro lado, a caprinocultura, a ovinocultura e a suinocultura rústica têm amplas possibilidades de serem desenvolvidas com resultados econômicos apreciáveis.

No que respeita à agricultura, pode-se voltar a cultivar o sisal, o algodão, a mamona, o amendoim, o feijão, o milho, a fava, o gergelim e a horticultura e a fruticultura em quintais produtivos. Essas culturas contam com mercado garantido. Além do que, com disponibilidade de água pode-se investir no cultivo de flores, o que contribuirá para o fortalecimento da apicultura.

Existem no município, aproximadamente 2000 propriedades tradicionais com tamanho médio de 10 ha. Existem no município dois grandes reservatórios, que se prestam à irrigação, o Açude Venâncio Tomé de Araújo com uma capacidade de armazenar cerca de 6.000.000m³, que se encontra sem uso pelos assentados e invadidos por pescadores estranhos ao assentamento. A ideia é fazer uma ampla parceria para recuperar este manancial para uso pelos assentados como um centro de produção de peixe e horticultura.

Por outro lado, o Açude José Rodrigues em Galante, com capacidade de armazenamento de 22.000.000m³, é capaz de fomentar a formação de um centro de produção de horticultura e peixe. A pesca e a aquicultura se tornaram uma das principais fontes de trabalho e renda para os brasileiros.

Acresça-se a tudo isso que o município tem inegável possibilidade de irrigação, considerando que Campina Grande tem um consumo diário de água elevado,

que convergem na sua grande maioria para o riacho de Bodocongó. Essas águas, se tratadas poderiam ampliar o uso na irrigação. Do mesmo modo, poderiam ser utilizadas na produção de forragem para ração animal como capim elefante, sorgo e milho. Teriam potencial, ainda, de serem utilizadas em gotejamento na raiz das árvores frutíferas para a produção fruteiras como, banana, goiaba, manga, limão, acerola e mamão, além de servir para irrigar o algodão.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Fortalecer e reestruturar a Secretaria de Agricultura do Município;
- Realização de concurso público para técnicos agrícolas e profissionais da área da agricultura a fim de fortalecer a atuação no setor;
- Realizar um censo dos produtores rurais a fim de elaborar um cadastro para identificar quais aqueles envolvidos com a agricultura familiar;
- Estimular a produção da agricultura familiar, através da distribuição de insumos, capacitação e acompanhamento para acesso ao PRONAF;
- Através de parceria público/privada buscar a implantação de um matadouro industrial;
- Implementar uma Política Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural, em consonância com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Difundir tecnologias alternativas adaptadas à realidade climática local, pois custam barato, apresentam um bom resultado econômico e tem impacto ambiental positivo;
- Implantar programas de hortas comunitárias, articuladas a ações de segurança alimentar, nos quais a prefeitura compromete-se a comprar o excedente para inclusão no cardápio da merenda escolar e do restaurante popular;
- Estimular a criação de animais adaptados às condições climáticas de Campina Grande;
- Estimular a agricultura orgânica;

- Estimular e apoiar a produção de peixe em tanque, fornecendo insumos e capacitando os/as trabalhadores/as rurais para acessarem o PRONAF Pesca;
- Criar um espaço para comercialização de produtos da agricultura familiar (incluindo agricultura, aquicultura e pecuária), fornecendo os equipamentos e qualificação para os produtores;
- Orientar e acompanhar o acesso e gestão do crédito destinado a agricultura familiar, a exemplo do PRONAF, PRONAF PESCA e PRONAF MULHER;
- Criação da Superintendência de Economia Solidária, que terá como objetivo apoiar os pequenos produtores e colaborar com a organização de empreendimentos solidários em redes de produção e comercialização de produtos;
- Realizar cadastramento dos pescadores profissionais, possibilitando assim o acesso ao defeso e a consolidação destes como profissionais, garantindo a aposentadoria;
- Incentivar a criação e consolidação de Cooperativas de Pesca, possibilitando um arranjo produtivo local da pesca, fortalecendo a produção e comercialização deste produto na região;
- Desenvolver um Programa de Qualificação para os(as) pescadores(as) profissionais;
- Garantir a manutenção e revitalização de lagos, açudes, barragens garantindo a sobrevivência dos(as) pescadores(as) da região;
- Promoção de povoamento de pescados garantindo o número e a qualidade dos pescados;
- Garantir o Pescado na merenda escolar da rede pública de ensino;
- Desenvolver o Programa Municipal de Pesca, que trará programas de formação técnica continuada e incentivos financeiros a atividade pesqueira em nosso município;
- Criar um programa de cultivo de flores;
- Criar um banco de sementes;
- Fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

- Incentivar a apicultura no município;
- Fomentar as compras governamentais de produtos agropecuários locais através do PAA e PNAE;
- Criar o Programa “Merenda Orgânica”;
- Criar e sediar a Feira Nacional de Produtos Agroecológicos.

7. Ciência & Tecnologia

Campina Grande destaca-se como polo de tecnologia da informação e da comunicação (TIC), exportando produtos e preparando profissionais na área. É referência no Brasil e no mundo.

A revista norte-americana Newsweek comenta que Campina Grande é considerada o maior polo tecnológico da América Latina e um dos maiores centros industriais da região Nordeste (abril, 2001).

Atualmente, esse segmento econômico encontra-se esquecido. Nenhum incentivo foi oferecido pela atual gestão às empresas incubadas pela Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PaqCTPB.

Campina Grande é, também, polo educacional, e concentra três (03) universidades públicas, catorze (14) faculdades particulares nos mais diversos campos de ensino, escolas técnicas profissionalizantes, SENAI, Escola Redentorista, além de extensa rede de educação básica pública e privada.

É objetivo das **Diretrizes para o Plano de Governo** da Coligação **Pra Campina Crescer em Paz** criar novas políticas para a área de Ciência e Tecnologia, retomando o apoio a esse importante setor da economia, facilitando a inclusão digital para milhares de campinenses.

É necessário formular uma política própria para o Polo de Tecnologia. Contando, atualmente, com cerca de setenta empresas de informática (software, hardware e de serviços) e com pessoal técnico, altamente, qualificado, a cidade requer uma atenção especial. A PMCG irá implementar uma política clara e objetiva de incentivos e apoio ao Polo de Tecnologia.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Propor à Câmara Municipal de Vereadores a criação da Lei Municipal da Inovação;
- Estruturação do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (CMCT) para definir e acompanhar as políticas em C&T para a cidade;
- Criação da Feira de Ciência;
- Reestruturação do Museu Vivo com experimentos clássicos e modernos;
- Organizar o aproveitamento, de forma cooperada, da infraestrutura técnico-científica das universidades, faculdades isoladas, instituto (IFPB) escola técnica (ETER), laboratórios e recursos humanos qualificados (mestres e doutores) em benefício do desenvolvimento sustentável de Campina Grande;
- Incrementar as parcerias do município com o Governo Federal, através de projetos que possibilitem o aporte de financiamentos para programas de inovação tecnológica, voltados para o desenvolvimento sustentável do município;
- Estimular e incentivar a instalação de novas empresas de base tecnológica no município, disponibilizando áreas e infraestrutura básica;
- Fortalecer e estimular o desenvolvimento e fortalecimento da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba;
- Incentivar a criação de novas empresas, apoiando a criação do Oásis Digital no Centro de Inovação Tecnológica Telmo Araújo – CITTA;
- Envolver as universidades, as instituições de pesquisa e empresa da área tecnológica, setores da comunidade científica, buscando melhoria para a Ciência e Tecnologia no município;
- Incentivar o uso de tecnologias alternativas que objetivem uma melhor qualidade de vida para as comunidades carentes;
- Instituir calendário anual de eventos técnico-científicos com a participação direta da PMCG, no sentido de proporcionar espaços para exposição, debates e conferências voltados à consolidação da posição de Campina Grande como centro de referência na produção de conhecimentos, bens e serviços de base tecnológica;

- Criação da Cidade da Ciência e Tecnologia, contígua ao Parque Temático do Açude de Bodoncongó, integrando as instituições de ensino e pesquisa, UFCG, UEPB, ETER, CITTA, PaqTcPB num novo equipamento urbano para o desenvolvimento de Campina Grande.
- Estimular a interação Universidade – empresa de modo a viabilizar e induzir o desenvolvimento de novos produtos e a criação de empresas de base tecnológica;
- Estimular o intercâmbio e a cooperação tecnológica – industrial com Polos Tecnológicos no Brasil e no exterior.
- Criar o prêmio Campinense de inovação tecnológica para projetos desenvolvidos em universidades e institutos tecnológicos campinenses e que promoveram inovações em produtos ou processos produtivos em empresas;
- Criar em parceria com o Parque Tecnológico de Campina Grande a “Vitrine Tecnológica” onde as universidades e institutos tecnológicos possam divulgar as competências, projetos e serviços tecnológicos ao setor produtivo.

8. Turismo

A indústria do turismo de eventos é um dos mais significativos elementos da moderna economia de Campina Grande, contribuindo para a geração de centenas de empregos diretos e indiretos, anualmente. Todavia, ao longo dos últimos anos tem-se detido, quase que exclusivamente, no “Maior São João do Mundo”. Por outro lado, este tem se restringido à área do Parque do Povo. É necessário retomar o movimento de quadrilhas juninas nos bairros, assim como estender as festividades a outros locais da cidade, a exemplo das praças. O que se observa, atualmente, é que as atividades no Parque do Povo estão concentradas à noite. Durante o dia, poucas atrações são oferecidas ao turista. É necessário diversificar.

Além do mais, é preciso tornar a “cultura junina” uma atividade permanente e não apenas restrita ao mês de junho, criando oportunidades para a classe artística genuína da cidade desenvolver sua atividade profissional regularmente, oferecendo entretenimento aos campinenses e turistas durante todo o ano.

Eventos tradicionais como os Congressos, Colóquios, Seminários e Crítica Literária, de caráter nacional e internacional, são pouco realizados. A captação de eventos desta natureza é de grande contribuição para a divulgação da cidade, além de movimentar a rede hoteleira, que apesar de ter poucos leitos comparando a outros destinos turísticos, sofre com a questão da sazonalidade. Motivo pelo qual não tem despertado interesse ao setor privado de investir na rede hoteleira de Campina Grande. O Festival de Inverno perde força a cada ano. O Encontro Para a Nova Consciência e o Encontro para a Consciência Cristã precisam ser incentivados de forma a se transformarem em eventos auto-sustentáveis.

É necessário desenvolver uma vigorosa política municipal de turismo, em parceria com a iniciativa privada, que torne Campina Grande um destino atrativo no Nordeste. É necessário incentivar a cultura popular nordestina ao mesmo tempo em que novos eventos, que fortaleçam a imagem progressista de Campina Grande como polo de tecnologia, devem ser incentivado.

Por outro lado, Campina Grande não é uma ilha. Pelo contrário, é uma “encruzilhada” de ecossistemas (Agreste, Brejo, Cariri e Curimataú), sendo também a referência da transição para o Sertão Paraibano. Cidades como Bananeiras e Areia, além de outros municípios com características peculiares, como a paisagem, o modo de vida, a gastronomia, o artesanato, que juntos tornam-se um atrativo que desperta o interesse para visita devem ser integradas em um circuito que tenha Campina Grande como ponto de partida, promovendo e divulgando o Turismo Rural e o Ecoturismo existente no seu entorno. Isso possibilitará diversificar os serviços oferecidos aos turistas, mesmo durante o “Maior São João do Mundo”.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Revitalizar o MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, profissionalizando sua gestão e ampliando as parcerias com o trade turístico;
- Recriar o antigo Festival Nacional de Violeiros, dentro de um conceito mais abrangente da cultura popular nordestina;
- Criar, em parceria com a iniciativa privada, novos eventos (feiras, convenções, congressos) dentro de uma visão de futuro;
- Incentivar os eventos já existentes;

- Investir no Projeto de Revitalização do Centro, de forma a tornar Campina Grande uma cidade cada vez mais aprazível;
- Investir, em parceria com o Sistema “S” (SEBRAE e SESC), Associação Comercial e CDL na capacitação dos profissionais que atuam no setor, para que nossos visitantes tenham o melhor atendimento possível e que possam sempre retornar e bem divulgar o nome de Campina;
- Reativar, já no próximo ano, a antiga FETEC – Feira de Ciência e Tecnologia de Campina Grande;
- Incentivar o desenvolvimento do turismo ecológico e de eventos nas cidades do Compartimento da Borborema;
- Construir o Centro de Convenções de Campina Grande.

9. Infraestrutura

A quase totalidade das obras estruturantes de Campina Grande foi planejada na década de 1970, durante os governos de Evaldo Cruz e Enivaldo Ribeiro. Desta época para cá, pouco ou quase nada foi feito em termos de planejamento na cidade. As obras são realizadas ao sabor do “achismo”, sem obedecer a nenhuma lógica. Na área de saneamento básico, a cidade Rainha da Borborema ostenta hoje a maior cobertura do Nordeste e uma das maiores do Brasil. Entretanto, o que se ganhou em saneamento básico não se estendeu à saúde. Campina Grande continua tendo uma incidência de diarreia em números inadmissíveis.

Um levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Trata Brasil em 81 municípios brasileiros com mais de 300 mil habitantes entre 2003 e 2008, divulgado em 2010, Campina Grande aparece na sexta colocação entre as 10 cidades com maior índice de crianças menores de 5 anos internadas por diarreias. As crianças, mais do que qualquer pessoa, precisam de boas condições de saúde e bem-estar para a afirmação plena de sua capacidade de interação social, de seu aprendizado escolar e de seu desenvolvimento cognitivo. Criança que fica frequentemente enferma tem sua evolução naturalmente prejudicada.

Manter esse contingente populacional permanentemente exposto a ambientes socioeconômicos desfavoráveis, nos quais doenças como as diarreias podem prejudicar esse desenvolvimento, é contrariar os mais elementares princípios da

cidadania. É preciso evitar que as nossas crianças façam parte dessa preocupante estatística

E para isso muito ainda tem que ser feito, principalmente na continuidade das obras de macro drenagem, urbanização, criação de novos corredores de transportes coletivos, aberturas de vias de alto tráfego, contenção de enchentes, revitalização de nossos parques e praças, além de intervenções que modifiquem para melhor nossa paisagem urbana.

O Governo de Daniella Ribeiro irá priorizar o desenvolvimento de políticas habitacionais e fundiárias que objetivem a realização plena e progressiva do direito à moradia com a construção de casas populares e programas de urbanização de áreas carentes, através de projetos em parceria com o Governo Federal e Caixa Econômica Federal.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Prolongamento da Avenida João Suassuna até o Hospital da FAP;
- Prolongamento da Av. João Wallig até a Av. Juscelino Kubitscheck;
- Implantação de um amplo programa de calçadas;
- Pavimentação do acesso aos distritos de Catolé de Boa Vista e Marinho;
- Urbanização da área ocupada pelos campi da UFCG e UEPB, com a introdução de melhorias no sistema viário;
- Implantação de novo projeto de iluminação pública; arborização das vias laterais e sinalização horizontal e vertical;
- Implantação do Programa de Revitalização de Praças, Parques e calçadas públicas;
- Implantação do projeto de urbanização da Vila dos Teimosos;
- Projeto de Revitalização e Modernização da Feira-Mercado Central, através de parcerias público/privada, para estimular a construção de centros urbanos nos bairros, com áreas de serviços, esportes, lazer e comercial, propiciando às populações das áreas periféricas uma significativa melhoria na qualidade de vida, reduzindo deslocamentos ao centro e favorecendo a geração de emprego e renda;

- Construir habitações de interesse social, através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e outras linhas de financiamento do Governo Federal;
- Criar o PROGRAMA MINHA CASA É LEGAL, para regularizar áreas de ocupação consolidada, concedendo a titularidade dos lotes, quando ocupadas por famílias de baixa renda;
- Revitalizar o Programa de Urbanização de Áreas Carentes, levando infraestrutura básica às áreas degradadas e assentamentos habitacionais de baixa renda, com a implantação de rede de esgotamento sanitário, abastecimento d'água, pavimentação e drenagem, urbanização e áreas de lazer;
- Desenvolver em áreas pertencentes ao Município Projeto de Lotes Urbanizados;
- Implantar e executar um programa destinado à erradicação e/ou recuperação de cortiços em parceria com o governo federal;
- Implantar o Programa de Habitação Rural para a erradicação de moradias de taipa em todos os distritos e zona rural do município;
- Criar em parceria com a UFCG um programa para a utilização de tecnologias de baixo custo para construção de habitações destinadas à população de baixa renda;
- Criar o Cadastro de Informação sobre Habitação de Interesse Social, com o objetivo de dar transparência às políticas públicas de habitação, evitando-se a comercialização e transferência irregulares das habitações;
- Implantar um amplo programa de racionalização do uso de energia elétrica.

10. Meio Ambiente

Campina Grande tem crescido em consonância com o destaque do Brasil na conjuntura global, porém tem estancado na construção de um Desenvolvimento Sustentável. A Constituição Federal, em seu art. 225, assegura que *“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum*

do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A proposta de Daniella Ribeiro para o Meio Ambiente tem como objetivo alcançar o equilíbrio sustentável, responsabilizando a coletividade. Em outras palavras, buscar, através de trabalhos de Educação e Conscientização Ambiental, levar à população a consciência de que, para lograr êxito neste desiderato, é necessário que cada segmento da sociedade esteja envolvido na batalha por preservar um meio ambiente saudável. Nesse processo, não se pode contar com espectadores, pois todos são sujeitos ativos e responsáveis pelo meio em que vivem.

Os elevados índices de poluição sonora e visual, principalmente nas áreas centrais da cidade, a crescente poluição do ar, o desregrado uso e ocupação do solo, o tratamento inadequado dos resíduos do Município, a contaminação das águas e mananciais e o baixíssimo índice de arborização urbana são problemas que serão encarados como prioridade pelo Governo de Daniella Ribeiro.

Um dos instrumentos essenciais para assegurar que o disposto na legislação protetiva do meio ambiente seja observada. Para tal, é necessário assegurar uma estrutura eficiente ao órgão ambiental do Município para a consecução dos seus objetivos. Atualmente, a gestão ambiental de Campina Grande é precária em estrutura física, pessoal e instrumental.

Quando o problema estudado consiste na Arborização, tem-se que atentar para a indicação da ONU através da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, de que uma área verde mínima de 12 m² ou 02 árvores por habitante é essencial para a manutenção de um meio ambiente saudável. Campina Grande conta com apenas 0,08 árvores/habitante, constata-se assim quão assustador é o déficit que beira às 700 mil árvores!

A arborização urbana é um fator essencial de melhoria da qualidade da vida urbana e uma necessidade para a manutenção do equilíbrio ambiental. As árvores contribuem para o controle da poluição, pela absorção de poeiras e gases tóxicos; para a melhoria do micro clima, por meio do sombreamento e da redução da velocidade do vento; para o amortecimento de ruídos; para a redução das enchentes, pelo controle da infiltração da água no solo, e para a conservação da biodiversidade, pela formação de corredores urbanos para a avifauna e outros animais.

As árvores também têm importante função estética. Projetos paisagísticos planejados em harmonia com o conjunto urbanístico podem amenizar a paisagem e contribuir para a redução do estresse dos habitantes da cidade. No ano de 1957, quando ainda existia a floresta que se inicia na antiga Produção Mineral, hoje EMBRAPA, e espalhava-se até os paramos da atual Alça Sudoeste, já existia uma campanha pela arborização da cidade. Hoje, com a urbanização crescente, que destruiu a floresta, o problema agravou-se.

Campina Grande possui mais de 500 terrenos baldios que, muitas vezes, servem de depósito de lixo para a população. Em que pese existir no Código de Posturas a determinação de que o proprietário tem por obrigação murar o local, como não há uma orientação, tampouco uma fiscalização, muitas vezes o terreno baldio se torna num proliferador de insetos e doenças devido ao lixo depositado pelos moradores gerando uma despesa desnecessária ao Município. Neste aspecto não adianta apenas fiscalizar, mas principalmente educar a população para a importância da preservação do meio ambiente.

Outro ponto que merece atenção é o tratamento dado aos resíduos sólidos produzidos pela cidade. Diariamente mais de 400 toneladas de “lixo” são produzidas e depositadas no Lixão que fora transferido para a cidade de Puxinanã. Na prática, aconteceu apenas uma transferência geográfica do problema, visto que nenhuma ação concreta para a adequação do disposto na Lei Federal 12.305/ 2010 – Política Nacional dos Resíduos Sólidos – fora adotada. É necessário atacar o problema na origem, reduzindo o consumo e geração dos resíduos, reutilizando os materiais e separando o lixo no local onde é produzido, para não desagregar o seu valor e encaminhá-lo a reciclagem, possibilitando a inclusão social dos catadores de recicláveis e reduzindo o volume de rejeitos que devem ter uma disposição final ambientalmente correta.

A proposta do Governo de Daniella Ribeiro para o Meio Ambiente é inovadora, séria, competente e eficaz.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Implementar o Plano de Gerenciamento Integrado de Arborização de Campina Grande, assegurando o plantio de espécies adequadas e manutenção devida às árvores existentes;

- Criar o Programa PODA PROGRAMADA;
- Revitalizar o Horto Florestal Municipal Lauro Pires Xavier, viabilizando a produção das espécies utilizadas na arborização municipal;
- Construir uma Área Verde de lazer nos entornos do Açude de Bodocongó, no intuito de evidenciar e preservar aquele manancial histórico;
- Incentivar a Economia Verde;
- Arborizar os canteiros com espécies nativas adequadas;
- Implantar nas unidades da rede de ensino público, Programas e Projetos de Educação Ambiental, ampliando a consciência ambiental das crianças e adolescentes;
- Implantar, em parceria com a iniciativa privada, Universidade Estadual e Federal o Programa CAMPINA: CIDADE GRANDE, CIDADE LIMPA, estimulando a consciência ecológica da comunidade;
- Criar um programa de reciclagem de entulhos de obras, em parceria com a indústria da construção civil, com o reaproveitamento na construção de moradias para a população de baixa renda e na pavimentação de vias, em consonância com a legislação vigente;
- Regulamentar efetivamente a coleta e destinação adequada do lixo hospitalar e das Unidades de Saúde conforme as novas diretrizes da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), feita hoje totalmente fora das normas ambientais e de segurança;
- Criar o Programa de Coleta Seletiva de Lixo doméstico e comercial com o objetivo de reciclagem, acompanhados de amplas campanhas de divulgação e esclarecimento da população e com o envolvimento das Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis;
- Realização de um levantamento e cadastro do número de catadores do Município para conhecer quem são, quantos são, onde moram, como trabalham, como vivem;
- Criação de uma Unidade de Triagem e Reciclagem de materiais, com a inclusão dos catadores que residiam no lixão municipal;
- Criar uma política de atenção especial aos catadores de recicláveis nas áreas de assistência social, educação e qualificação profissional;

- Assegurar incentivos e a contemplação das Cooperativas dos catadores de recicláveis no Plano Municipal de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos, bem como a estrutura necessária para assegurar a manutenção das cooperativas existentes no Município;
- Promover o Plano de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos de Campina Grande;
- Desenvolver programa de reflorestamento de áreas rurais com espécies nativas;
- Cobertura de saneamento básico em 100%;
- Estruturar adequadamente o órgão ambiental municipal com carros, pessoal e equipamentos como calibradores e decibelímetros que permitam que a fiscalização ambiental cubra toda a cidade;
- Instituir através de Lei o cargo específico de Fiscal Ambiental e promover concurso público para os mesmos;
- Efetivar a municipalização da Fiscalização e Licenciamento Ambiental;
- Promover campanhas de incentivo para que os empreendedores locais licenciem ambientalmente seus empreendimentos pelo próprio Município.

11. Políticas Sociais

Os gastos com a área social, nos últimos oito anos, aumentaram em cerca de 74%, em relação aos governos anteriores. O Programa de Governo de Daniella Ribeiro está prevendo uma ampliação nos gastos destinados às políticas públicas sociais, criando uma rede de proteção social que priorizará os mais carentes, proporcionando um processo de igualdade social e reduzindo os níveis de pobreza em nosso município.

Daniella Ribeiro assume como prioridade e compromisso pessoal a implantação de uma política em defesa dos direitos da pessoa portadora de necessidades especiais. É visto a olho nu na cidade que a falta de acessibilidade para estas pessoas está presente em vários locais, inclusive em prédios públicos.

O enfrentamento das questões dos deficientes envolverá todos os níveis do governo, partindo-se do entendimento que a construção da cidadania dos

portadores de necessidades especiais é parte importante do programa de inclusão social a ser desenvolvido nos próximos 04 anos.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil constitui o único programa efetivo no enfrentamento a esta violação dos direitos da criança e do adolescente. Porém, a administração do atual Prefeito não vem garantindo seus objetivos propostos. O município tem a meta de 2.532 crianças e adolescentes em situação de exploração do trabalho infantil. Todavia, na atualidade aproximadamente 400 crianças encontram-se na jornada ampliada. Este fato deve-se, principalmente, à falta de atratividade. Sem atividades sócio-educativas eficazes e sem investimento na área, as crianças ficam expostas à necessidade de colocar-se precocemente no mundo do trabalho.

Não é preciso recorrer às estatísticas para observar a quantidade de crianças que vivem nas ruas, seja pedindo esmolas ou nos sinais limpando para-brisa de carros em troca de qualquer moeda. Qual o futuro dessas crianças? E por consequência qual será o futuro de Campina Grande? Mesmo que essas crianças estejam matriculadas nas escolas, o restante do dia e a noite que passam nessas atividades não oportunizam tempo de estudar, tampouco permite que elas tenham um rendimento escolar satisfatório. O reflexo disso pode ser o índice de reprovação nas 2ª e 4ª Séries, que chega a 30% e 35%, respectivamente em 2009, último resultado divulgado pelo IDEB. .

O único polo que funciona a contento é o Núcleo de Apoio à Criança – NACA. Porém, todos os outros são deficitários no quesito estrutura. Muitos funcionam em escolas desativadas, SAB's e outros equipamentos impróprios. As atividades são uma extensão da escola, sem atratividade, sem a promoção da cultura, do lazer, do esporte, etc. Assim, as crianças e adolescentes que realizavam a jornada ampliada voltaram para as ruas, para o lixão, para os pontos de exploração do trabalho infantil.

Os trabalhos de pesquisa que são produzidos pelas universidades acerca dos programas de atenção e proteção dos direitos das crianças, demonstram, em suas análises, o descaso da atual gestão com essas políticas;

As Casas da Esperança deveriam constituir-se em espaços de proteção aos direitos da criança e do adolescente, com regime de atendimento (abrigo e acolhimento institucional). Porém, de fato, as crianças e adolescentes ficam ociosas,

sem atividades, pois não existe políticas estruturantes e intersetoriais que só existem na retórica do candidato à reeleição. Falta-se educadores, alimentação para as crianças e principalmente esperança.

O descaso da atual administração com os Conselhos Tutelares é tão grande que chegou a faltar até água nas sedes, além do atraso no pagamento dos conselheiros, falta de telefone, de transporte para atender ocorrências.

Atualmente nossas crianças e adolescentes envolvidos com entorpecentes ficam à deriva e são tratados como criminosos quando deveriam ser tratados como doentes. O único espaço destinado ao seu atendimento é a unidade de emergência do Hospital Dr. Edgley Maciel, que atende a todos os públicos e segmentos, desrespeitando o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Anti-Drogas.

No que tange à problemática da violência contra a mulher, A maior dificuldade das mulheres para sair do ciclo de violência é a dependência econômica dos agressores é conseguir sua própria independência financeira. O atual prefeito não implantou o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, apesar de existir dotação orçamentária para esse fim. O movimento de mulheres tentou, por várias vezes, formalizar um pacto com o Governo Municipal. Porém o Prefeito não deu atenção.

Por outro lado, iniciativas no sentido de conceder as empresas que implantarem programas de combate à discriminação das mulheres no trabalho o selo Pró-Equidade de Gênero, que já existem em outros municípios brasileiros, devem ser estudadas, visando a sua implantação em Campina Grande.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Toda nova obra de infraestrutura urbana deverá prever a acessibilidade. Um programa de adaptação e reforma dos próprios municipais e do mobiliário existente irá ser implantado de forma gradativa, facilitando a locomoção e mobilidade dos portadores de deficiência;
- Implantar programas de capacitação de professores e funcionários para o atendimento aos portadores de necessidades especiais;

- Criar, em convênio com a UEPB, UFCG e Escolas Técnicas Profissionalizantes (IFPB, ETER e SENAI) cursos profissionalizantes para os portadores de deficiência;
- Adequar as escolas municipais com reformas físicas e mobiliário que permitam uma melhor acessibilidade e mobilidade aos portadores de deficiência;
- Criar, no programa de renovação da frota de ônibus de transportes coletivos, a acessibilidade dos deficientes, de acordo com as normas da ABNT e exigir um novo percentual de adaptação da frota existente;
- Estabelecer parcerias com os governos estadual e federal objetivando criar atrativos fiscais para as empresas que empregarem deficientes;
- Desenvolver programas, em parceria com os governos estadual, federal e iniciativa privada, destinados à prática de esportes pelos portadores de deficiência, preparando profissionais (técnicos) com especialização e adequando as quadras e centros esportivos para o desenvolvimento de esportes paraolímpicos;
- Apoiar as Organizações não-governamentais que desenvolvam programas e projetos de apoio, desenvolvimento e proteção aos portadores de necessidades especiais;
- Criar uma coordenadoria de políticas públicas para infância, adolescência e juventude;
- Criar o Conselho Municipal da Juventude;
- Implementar o Fundo da Infância e da Juventude;
- Aumentar o número de crianças atendidas pelo PETI para 3.500 até 2016, dinamizando ações do programa para torná-lo atrativo às crianças, retirando-as da rua e encaminhando-as ao programa;
- Priorizar no Fundo Municipal de Cultura, projetos culturais que priorizem a participação de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade;
- Implantar programa de bibliotecas itinerantes nos bairros periféricos e zona rural de Campina Grande;
- Buscar parceria com o Ministério da Cultura e Órgãos de Proteção aos Direitos da Criança para lançar o selo “Cidadania se Faz com Arte” para

premiar empresas que apoiem projetos de formação artístico-cultural com crianças, adolescentes e jovens;

- Expandir ações da Casa Brasil e fazer parceria com universidades para desenvolver projetos de extensão universitária interdisciplinares que apóiem a formação tecnológica e artístico-cultural dos nossos jovens (a prefeitura entra com equipamentos, bolsa para os alunos e as universidades com os formadores);
- Criar espaços para lazer e prática de esportes nos bairros e fazer concurso para contratar arte-educadores e profissionais de educação física para acompanhar atividades desportivas com crianças, jovens e adolescentes e idosos;
- Criar as Olimpíadas Municipais com várias modalidades de esportes aberta a participação de todas as faixas etárias;
- Ampliar o número de vagas do Pró-Jovem, aumentando a contrapartida do município para melhorar ações desenvolvida e criar centro de acompanhamento a jovens participantes do Programa Meu Primeiro Emprego a fim de garantir sua permanência no mercado de trabalho;
- Criar Festival Municipal da Juventude para apresentação de atividades profissionais e artístico-culturais desenvolvidas em projetos com adolescentes/jovens premiando melhores projetos e produtos artístico-culturais;
- Criar o Programa Jovem Empreendedor, oferecendo qualificação profissional e acesso ao crédito aos/as jovens/as que desejam montar um pequeno negócio;
- Criar um Centro Especializado de Desintoxicação de Crianças e Adolescentes envolvidos com drogas, em consonância com a política nacional anti-drogas;
- Estruturar uma rede de atendimento às mulheres vítimas de violência (Delegacias, movimento de mulheres, assistência jurídica e psicossocial, acolhimento em Casa Abrigos, etc.);
- Criar um fundo municipal de apoio às mulheres vítimas de violência para que possam restabelecer suas vidas longe dos agressores;

- Elaborar, com a participação dos movimentos sociais, sobretudo do movimento de mulheres, o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher;
- Mudar regimento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com a participação do movimento organizado de mulheres para decidir, com autonomia, a natureza do Conselho;
- Garantir recursos para o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- Implantar o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência;
- Assinar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, garantindo uma gestão das políticas públicas com transversalidade e equidade de gênero;
- Combater a violência e a pobreza das mulheres no município através de parcerias com a iniciativa pública e privada;
- Estimular as empresas a implantarem o Programa Pró-Equidade de Gênero, em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal;
- Criar uma Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher com indicação do movimento de mulheres para ocupação de cargos;
- Criar linha de crédito específica para mulheres no âmbito do Banco do Povo;
- Criar programas de capacitação profissional para a mulher trabalhadora rural com base no diagnóstico das potencialidades locais, fornecendo subsídios para que possam acessar e gerir o crédito rural, através do PRONAF MULHER;
- Incentivar o desenvolvimento de atividades com maior valor agregado às mulheres, tanto no âmbito da qualificação profissional quanto da geração postos de trabalho, contribuindo para romper com a divisão sexual do trabalho, que desvaloriza o trabalho da mulher reduzindo-as à mera condição de ajudantes;
- Investir na recuperação dos equipamentos sociais, como forma de diminuir a sobrecarga de trabalho para as mulheres;

- Ampliar o número de vagas nas creches e pré-escolas para as crianças de 0 a 06 anos;
- Dar suporte a assistência técnica as projetos protagonizados por mulheres possibilitando sua autonomia no mercado de trabalho;
- Promover formação e capacitação em gênero para os profissionais da área de educação, saúde, assistência social, justiça e segurança pública;
- Promover atenção a saúde da mulher, e, de forma qualificada e específica, às mulheres vitimas de violência;
- Promover atendimento especializado no âmbito do CREAS e CRAS atendimento especializado as mulheres vitimas de violência;
- Instituir o Calendário Esportivo Municipal, atendendo as diversas modalidades em todas as faixas etárias;
- Implantar Programas de Promoção de Saúde e Lazer em todos os bairros e distritos do município;
- Melhorar e criação de espaços para a prática dos esportes e lazer (campos de pelada; parques; quadra poliesportivas e praças de lazer);
- Promover a prática da Educação Física no Ensino Fundamental em todas as escolas da rede municipal;
- Introduzir a prática da atividade física e promoção de saúde em todos os PSF's e Grupos da Melhor Idade;
- Apoiar os eventos esportivos amadores já existentes e estimular a criação de novas competições e campeonatos;
- Criação do Programa BOLSA ATLETA no âmbito municipal, priorizando as modalidades individuais;
- Programa de assistência às famílias carentes e implementação da política municipal de segurança alimentar, com o objetivo de garantir o direito fundamental a alimentação;
- Manutenção e apoio aos Conselhos Tutelares;
- Programa de atendimento aos grupos de idosos, através de atividades que garantam acessibilidade as políticas publicas e qualidade de vida;
- Desenvolver uma política pública voltada para redução do déficit habitacional e melhoria das condições de habitação, em parceria com o Governo Federal e Estadual;

- Criação do Núcleo de Intervenções Comunitárias – NIC que impulsionará a mobilização e a organização comunitária;
- Promover políticas e ações para promoção da Igualdade de gênero e racial no município;
- Ampliar o número de beneficiados do Programa Bolsa Família.

12. Mulheres

As mulheres durante toda história da humanidade têm buscado, através da luta pela igualdade de direitos, o seu lugar nos espaços de poder. O momento atual, é bastante favorável à implementação de políticas públicas específicas para as mulheres. Esse é o fruto inegável dessas lutas seculares.

Uma conquista importante foi a instalação de organismos governamentais responsáveis pela elaboração e acompanhamento de políticas públicas específicas para as mulheres em todos os níveis de governo. Em Campina Grande, após muita luta e organização, foi conquistada a transformação da Gerência de Mulheres, para uma Coordenadoria ligada ao Gabinete do Prefeito.

Apesar dessas conquistas, as políticas públicas destinadas às mulheres ainda são tímidas. Nesse sentido, face à candidatura de Daniella Ribeiro os princípios norteadores do Plano de Governo no que tange às Políticas Públicas voltadas para as mulheres destinam-se a fazer diferente a vida das mulheres em nossa cidade. Assim, têm como base as propostas discutidas e aprovadas na 3ª Conferência de Políticas para Mulheres de Campina Grande.

Esses são os desafios a enfrentar para construir uma Campina Grande com igualdade de oportunidades para mulheres e homens.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho com inclusão social;
- Fortalecer o mercado de artesanato, turismo etc., com linha de crédito, apoio ao empreendedorismo e ao cooperativismo, específico para as mulheres;

- Promover a oferta de equipamentos sociais que contribuam para ampliar os tempos disponíveis para as mulheres a ex: da ampliação de creches, programas sociais para as crianças.
- Promover a formação inicial e continuada de gestores /as e profissionais da educação para equidade de gênero, raça/etnia, e o reconhecimento das diversidades;
- Implantar e implementar política de assistência em planejamento familiar para as mulheres, homens, adultos, jovens e adolescentes, no âmbito da atenção integral à saúde, respeitando os princípios dos direitos reprodutivos;
- Promover a assistência obstétrica qualificada e humanizada;
- Enfrentamento a todas as formas de Violência contra a Mulher;
- Criar um grupo de apoio às mães que perderam seus filhos e filhas vítimas de violência;
- Ampliar e aperfeiçoar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência;
- Promover ações de prevenções a toda forma de violência contra as mulheres nos espaços público e privado;
- Garantir a atenção à saúde das mulheres em situação de violência com atendimento qualificado e específico;
- Desenvolvimento Sustentável no meio Rural e Urbano com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar;
- Promover a inclusão produtiva das mulheres representantes de população e comunidades tradicionais;
- Promover a valorização e preservação dos conhecimentos tradicionais das mulheres associadas à biodiversidade;
- Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas;
- Assegurar a implementação de ações de enfrentamento das desigualdades contra as mulheres jovens e idosas nas instituições públicas municipais.

13. Idosos

Os desafios trazidos pelo envelhecimento da população têm diversas dimensões e dificuldades, mas nada é mais justo do que garantir ao idoso a sua integração na comunidade. O envelhecimento da população influencia o consumo, a transferência de rendas e propriedades, impostos, pensões, o mercado de trabalho, a saúde e assistência médica, a composição e organização da família. A velhice é um processo normal, inevitável, irreversível e não uma doença. Portanto, não deve ser tratada apenas com soluções médicas, mas também por intervenções sociais, econômicas e ambientais.

Em Campina Grande, vivem cerca de 40 mil pessoas acima de 60 anos, o equivalente a cerca de 10% dos habitantes locais. Mesmo com o avanço em algumas áreas, os idosos ainda são vítimas de preconceitos, maus tratos e violências, principalmente da falta de políticas públicas que possam dar suporte para uma melhor qualidade de vida dessa parcela da população.

É comum registros sobre casos de desrespeito aos direitos dos idosos, entre agressões, maus-tratos, cárcere privado, negligência e até mesmo apropriação das aposentadorias, além do mau atendimento no sistema de saúde. Em alguns casos levam-se meses para marcar uma consulta e um tempo ainda maior para receber o resultado dos exames. Essa realidade contrasta com o Estatuto do Idoso, que determina prioridade nesse tipo de atendimento.

Outra reclamação consiste na falta de respeito dos motoristas dos transportes públicos, que não costumam parar o ônibus para os idosos. É preciso uma campanha de conscientização e até fiscalização mais efetiva para que esses profissionais possam respeitar efetivamente o Estatuto do Idoso.

Como na sociedade moderna os filhos não têm o tempo integral para dar atenção aos idosos, a solidão acaba gerando tristeza nessa parcela da população que se ressentem da maior presença da família. Neste aspecto, faz-se necessário inserir os idosos em atividades que possam manter a mente e o corpo em exercício. A inclusão também deve ser feita em programas de alfabetização para adultos, visto que 32% das pessoas com 60 anos ou mais são analfabetas em Campina Grande.

As políticas públicas de atenção ao idoso relacionam-se com o desenvolvimento sócio-econômico e cultural, bem como com a ação reivindicatória dos movimentos sociais. Um marco importante dessa trajetória foi a Constituição Federal de 1988, que introduziu em suas disposições o conceito de Seguridade Social, fazendo com que a rede de proteção social alterasse o seu enfoque estritamente assistencialista, passando a ter uma conotação ampliada de cidadania.

A partir daí a legislação brasileira procurou se adequar a tal orientação, embora ainda falte um longo caminho a ser percorrido. A Política Nacional do Idoso, estabelecida em 1994 (Lei 8.842/94), criou normas que contemplam os direitos sociais dos idosos, garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. Essa lei foi reivindicada pela sociedade, sendo resultado de inúmeras discussões e consultas ocorridas nos Estados, das quais participaram idosos ativos, aposentados, professores universitários, profissionais da área de gerontologia e geriatria e várias entidades representativas desse segmento, que elaboraram um documento que se transformou no texto base da lei.

Faz-se necessário integrar a pessoa idosa no seio da cidade, possibilitando uma vida plena desde a sua locomoção até suas possibilidades de lazer. O Governo Daniella Ribeiro pretende, portanto, atender aos seguintes aspectos que compreende ser essenciais:

1. promoção do envelhecimento saudável;
2. manutenção da capacidade funcional;
3. assistência às necessidades de saúde;
4. reabilitação da capacidade funcional comprometida;
5. capacitação de recursos especializados e de cuidados informais, bem como da rede prestadora de serviços de atenção à pessoa idosa.

Desta sorte, os projetos e intervenções na área devem adequar-se a esses objetivos no sentido de valorizar a experiência dos idosos e utilizá-la produtivamente no seio social.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Assegurar em todos os níveis da administração pública direta e indireta atividades que visem à defesa dos direitos da pessoa idosa, a eliminação das discriminações que a atingem, a fim de ensejar a sua plena inserção na vida sócio econômica, política e cultural do Estado;
- Promover, estimular e apoiar o desenvolvimento de pesquisas, estudos e debates sobre o processo de envelhecimento populacional, bem como fóruns, seminários no âmbito municipal, em parceria com as universidades públicas;
- Produzir publicações para a divulgação da situação da pessoa idosa município;
- PROJETO SABER VIVER: Divulgação anual em forma de livro da situação da pessoa idosa na cidade, os lugares de integração, os projetos desenvolvidos e o prêmio MINHA VIDA, apresentando nesta publicação a vida de uma mulher e um homem idoso habitante da cidade;
- Campanhas de conscientização em respeito ao Estatuto do Idoso;
- Revitalização dos Centros de Convivência para oferecer atividade às pessoas da terceira idade;
- Programa de alfabetização para idosos;
- Programa de atividades físicas destinado à terceira idade;
- Cursos para idosos que pretendem se reinserir no mercado de trabalho;
- Aquisição de verbas federais para a implementação da ABNT 9050/2004 que prevê **ACESSIBILIDADE** a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

14. Infância e Juventude

A Infância e juventude no Brasil vão-se resignificar a partir da Constituição de 1988. Nasce, então, uma série de direitos e garantias para os “menores” depois do advento da Carta Magna e em seguida com a promulgação do **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA** em julho de 1990. No entanto, a sociedade brasileira enfrenta problemas de várias ordens para garantir tais direitos.

Veja-se o que diz o Artigo 227 da Constituição Federal:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Diariamente é possível observar crianças em diversos pontos da cidade, seja pedindo esmolas seja vendendo objetos para ganhar algum dinheiro. A busca pela sobrevivência nas ruas reflete a falta de estrutura familiar e de condições de vida deterioradas. As crianças não encontram em casa o apoio que necessitam para o seu desenvolvimento cognitivo, para que suas potencialidades floresçam, em suma para viver a infância. Sem estrutura, essas crianças rendem mal na escola, quando estudam, e, quando não, estão expostas ao risco de contato com as drogas e o mundo do crime.

Quando se tornam adolescentes, o risco de ter contato com as drogas aumenta ainda mais. Nesta fase, o indivíduo passa por bruscas mudanças biológicas e psicológicas, sendo a etapa mais vulnerável de todo o desenvolvimento humano. Conflitos de naturezas diversas afloram em um momento de instabilidade emocional e extrema sensibilidade. Neste aspecto, um bom ambiente familiar é fundamental para enfrentar as mudanças inerentes à idade.

Neste sentido, é necessário desenvolver políticas de inclusão que possam preparar crianças e adolescentes para lidar com a realidade. É fundamental a orientação familiar para que seja dado o suporte necessário para o desenvolvimento pessoal desses cidadãos. Não adianta apenas ter como foco a criança e os adolescentes porque se não houver mudanças na família, o retorno às ruas será questão de tempo.

O cerne do plano educacional do Governo Daniella Ribeiro contempla as crianças, pois o município detém a responsabilidade do ensino público inicial, desde a pré-escola ao Ensino Fundamental I. Assim, a Coligação **Pra Campina Crescer em Paz** entende que o ambiente escolar deve reunir condições para a garantia de uma boa formação, contemplando os itens constantes no Art. 227 da Carta Magna. Não é por outro motivo que o ensino integral faz parte dessa concepção de uma boa educação, que garanta a plena cidadania e a vida.

Fora do ambiente escolar, deve-se realizar parcerias com entidades como as Sociedades de Amigos de Bairro, ONG's e com as Universidades, no sentido

de desenvolver projetos que garantam dinamicidade, integração e profissionalização nas várias áreas, tais como esporte, atividades culturais e profissionais. Ações essas que vão resultar em melhorias nos seguintes temas: participação política, diversidade sexual e direitos reprodutivos, educação, trabalho, geração de renda e desenvolvimento sustentável, cultura, comunicação e mídia, esporte e lazer, campo, raça e etnia e pessoa com deficiência.

A Coligação **Pra Campina Crescer em Paz** Pretende fortalecer os Conselhos que, em defesa os direitos da criança, onde a sociedade participa na formulação das políticas de atendimento e os Conselhos Tutelares que participam na execução dessas políticas e na fiscalização da situação infanto-juvenil.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Implementação da **FORMAÇÃO CIDADÃ** dos jovens e da sociedade como um todo sobre as leis e os direitos constitucionais que garantem a participação política dos jovens;
- Buscar a implementação de **CURSOS DE FORMAÇÃO** para jovens na linha do protagonismo juvenil, participação política, consciência crítica, ambiental e social, promovidos pelas esferas estadual e federal;
- **PROJETO JUVENTUDE É MAIS!** Que consiste em uma parceria com as universidades públicas da cidade no sentido de criar um curso de especialização sobre Juventude para ser ministrado aos professores de escolas públicas municipais;
- Implementar um **FÓRUM MUNICIPAL DE JUVENTUDE**, de caráter anual, para a discussão acerca da consolidação dos direitos e garantias para a juventude, participando ativamente das conferências estaduais de juventude;
- Incentivar o associativismo juvenil como Grêmios, Associações, Centros Acadêmicos, Diretórios de Estudantes em uma integração com as Sociedades de Amigos de Bairro;
- Ampliar e implementar políticas públicas destinadas à saúde sexual e reprodutiva da juventude;
- Enfrentar de maneira enérgica problemas como homofobia e todo tipo de preconceito sexual na juventude;

- Ampliar as políticas públicas destinadas à sensibilização da juventude para a prática de sexo seguro, com vistas à redução dos índices de gravidez indesejada (e consequente aborto) e DST's;
- Criação dos Centros de Juventude e sua integração com outros centros no Estado e País;
- Projeto: **MEU PRIMEIRO EMPREGO**, integrando e capacitando os jovens no mercado de trabalho, possibilitando um estágio em determinadas áreas das secretarias municipais;
- Projeto: **PARTICIPAÇÃO MIRIM** criando comissões de crianças de escolas públicas para ocupação de: PARLAMENTO MIRIM, JUSTIÇA MIRIM, PEQUENO JARDINEIRO, EU SEI RECICLAR, etc.
- Mapeamento de crianças e adolescentes que de alguma forma ajudam financeiramente à família;
- Levantamento das crianças que vivem nas ruas;
- Implantar progressivamente a escola em tempo integral para evitar que no contra turno a criança esteja ociosa;
- Implantação de escolinhas de esportes para abrigar boa parte dos estudantes da rede pública de ensino;
- Implantar o programa Jovem Aprendiz nas secretarias municipais;
- Oferecer cursos de capacitação nas áreas de informática e até inglês para estudantes da rede pública;
- Apoiar a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

15. Portadores de Necessidades Especiais

Caminhar, subir e descer calçadas e escadas, entrar em um ônibus, são tarefas consideradas simples de serem executadas. Mas para cerca de 60 mil campinenses estas atividades demandam muito mais do que esforço físico. Este o número da parcela de cidadãos, cerca de 16% da população, que possui algum tipo de dificuldade de locomoção.

Ainda existem muitos desafios para cadeirantes, para pessoas que necessitam do apoio de muletas, deficientes visuais e auditivos, que desejam se deslocar com autonomia e segurança. Inclusive muitos prédios públicos ainda apresentam uma

arquitetura que não prioriza o acesso de pessoas com dificuldades de locomoção. Muitos edifícios onde são oferecidos serviços básicos de saúde e educação, como clínicas e escolas, não estão adaptados para receber um cadeirante, por ter escadas como forma de acesso.

O Decreto de nº 5.296, que regulamenta a lei 10.098, aprovada em dezembro de 2000, que estabelece normas e critérios para promover a acessibilidade dos portadores de deficiência física e pessoas com mobilidade reduzida, prevê ações que garantam o acesso dessas pessoas a prédios públicos com segurança e autonomia. Rampas de acesso, piso antiderrapante, corrimãos, elevadores, elementos de sinalização luminosos, são algumas das ferramentas capazes de garantir acessibilidade para os portadores de necessidades especiais.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Mapeamento dos prédios públicos que ainda não oferecem acessibilidade aos portadores de necessidades especiais;
- Reforma dos prédios públicos visando à acessibilidade dos portadores de necessidades especiais;
- Cursos profissionalizantes;
- Parceria com as entidades de portadores de necessidades especiais com vistas a discutir as necessidades dessa parcela da população;
- Aquisição de verbas federais para a implementação da ABNT 9050/2004 que prevê **ACESSIBILIDADE** a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Garantir a obrigatoriedade do conhecimento básico das LIBRAS a profissionais que atendam ao público e a existência de pelo menos um intérprete nos órgãos essenciais da PMCG;
- Incluir nas campanhas publicitárias materiais em braile;
- Ampliação das cotas para pessoas com deficiência no ingresso ao emprego público em concursos.

16. Saúde

O estrangulamento da Saúde Pública em Campina Grande decorre, sobretudo, da má gestão do sistema. A medicina preventiva, lição sempre repetida diante de sua indelével importância, foi totalmente vilipendiada na atual gestão. A saúde, diante de sua incomensurável importância, precisa ser administrada holisticamente, perpassando por todos os fundamentos sociais e políticos e não de maneira reducionista como hoje presenciamos em nosso município. Desta forma, é inconcebível que os gestores públicos ainda tenham as suas políticas sem levar em conta o fato que a saúde de um indivíduo ou de uma coletividade esta relacionada ao meio físico, social e cultural circundante.

Contraditoriamente, os Postos de Saúde e as Unidades Básicas de Saúde da Família não funcionam de forma efetiva. Estes deveriam prestar assistência contínua à comunidade, acompanhando integralmente a saúde de todos os cidadãos circunscritos na sua área de responsabilidade. O que vemos é um serviço desestruturado, que tem como modo de operação principal, o simples encaminhamento dos pacientes aos hospitais da cidade, que ficam sobrecarregados. Como consequência, os atendimentos aos casos de maior complexidade acabam sendo afetados.

A maioria da UBSFs não tem estrutura física adequada para funcionarem de acordo com as normas do Ministério da Saúde e da Vigilância Sanitária. Várias Unidades estão funcionando em péssimas condições. Na periferia da cidade o caso é ainda mais grave. A biossegurança, um dos princípios basilares aos serviços de atendimento à saúde humana é negligenciada a todo o momento. Faltam equipamentos de proteção individual, indispensáveis ao exercício dos profissionais que exercem a sua atividade laboral sobre sérios riscos de contaminação das mais variadas patologias. Os profissionais não têm sequer papel para secar as mãos e as autoclaves não fazem o processo completo de esterilização. A precariedade é a tônica. Várias UBSFs não têm linha telefônica.

O transporte dos profissionais do PSF para a zona rural é feito em automóveis inadequados e que não têm manutenção, resultando em panes constantes. Não existe regularidade no envio dos impressos e dos equipamentos essenciais, prejudicando até as consultas, a marcação de exames e os encaminhamentos.

A referência e contrarreferência estão prejudicadas na medida em que não se consegue marcar consultas na Central de Marcação para Neurologista e Reumatologista. A morosidade no atendimento, até mesmo para especialidades mais gerais, é deveras absurda: às vezes se esperam meses para se conseguir uma consulta. Exames de média complexidade padecem do mesmo problema. Radiografia de tórax é impossível. Para exames de alta complexidade serem marcados é necessário acionar a Secretaria de Saúde. Trata-se de um procedimento com vários ritos e desdobramentos, essencialmente burocrático. A falta de estrutura torna o quadro caótico. Muitas pessoas acabam tendo sua saúde ainda mais prejudicada diante da omissão vivenciada no sistema público municipal de saúde

Falta a presença do Assistente Social no PSF. Esses profissionais são muito importantes para o bom funcionamento do PSF. Há Assistente Social que chega a atender até 8 equipes do PSF, o que equivale a uma população de 28.000 pessoas. Não se pode ter bons resultados trabalhando nessas condições.

A falta de políticas que assegurem condições dignas aos trabalhadores da saúde é outra triste realidade observada em Campina Grande. O município não possui uma Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salário. Campina Grande sequer aderiu ao “Pacto pela Saúde” que é um conjunto de reformas institucionais entre as três esferas de gestão (União, Estados e Municípios). Este acordo tem como objetivo a promoção de processos e instrumentos inovadores de gestão. A adesão a este, implica na obrigação, por parte do município, de cumprir metas e compromissos para a melhoria do atendimento à população.

Existem, em Campina Grande, 94 equipes do Programa Saúde da Família, cobrindo uma população de aproximadamente 300.000 pessoas. Todavia, a essas equipes só estão incorporadas 42 equipes de Saúde Bucal, cobrindo apenas uma população de 120.000 pessoas, ou seja cerca de 37% da população total. A orientação do Ministério da Saúde é de que em toda equipe do PSF estejam incluídos um Cirurgião Dentista e um Auxiliar de Consultório Dentário.

Não existe um protocolo de atendimento para a Saúde Bucal, cada equipe age como de conformidade com suas disponibilidades e critérios. Não existe a manutenção regular para os equipamentos odontológicos, quando se danificam os profissionais ficam meses sem condições de atender. Por outro lado, não se faz promoção e prevenção da saúde. As autoclaves não são automáticas, prejudicando a

esterilização. Como não há processo de secagem, os papéis rasgam-se e contaminam o material.

Não existe qualquer programa de aplicação de flúor e de escovação supervisionada nas escolas. Essa medida, realmente, gera impacto positivo em Saúde Bucal. A distribuição de escovas e creme dental nas escolas e creches é feita de forma aleatória, em quantidade insuficiente e sem qualquer critério. Dessa forma, os profissionais não sabem como proceder. É que a forma mais barata de tratamento é a prevenção. Prevenir em vez de curar. Em Odontologia este é um axioma absoluto. Há uma diferença abissal entre o preventivo e o curativo. O preventivo significa quase nada em relação curativo.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

I - FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

- Ampliar o número de Agentes Comunitários;
- Ampliar o número de Equipes de Saúde da Família, melhorando o acesso do usuário aos serviços básicos de saúde;
- Fortalecimento da Saúde Bucal, com ampliação das Equipes de Saúde Bucal, uma ESB para uma ESF;
- Investir nas estruturas físicas das unidades Básicas de Saúde;
- Implantar os Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF, que trabalhará com equipe multiprofissional, como apoio temático aos PSF, melhorando a resolubilidade da atenção básica;
- Tornar os Centros de Saúde existentes, em Policlínicas para ofertar as clínicas básicas e especializadas, melhorando o acesso mais próximo da população de especialistas e de exames, em todos os bairros;
- Expandir o Centro de Especialidade Odontológico, ofertando um por Distrito Sanitário;
- Implementar parcerias e convênios as com Universidades Públicas e as Instituições Privadas, com cursos na área de saúde, para viabilizar capacitações em aperfeiçoamento, especialização, mestrado profissional para os profissionais da atenção básica e PSF;

- Buscar experiências bem sucedidas, em outros municípios do Brasil, para trabalhar com os profissionais, metas para a saúde, implantando instrumento de valorização da Gestão por Resultados;
- Firmar Contrato de Gestão na Atenção Básica com objetivo de aumentar a participação, negociação e responsabilidade mútua entre gestores e equipes das Unidades Básicas de Saúde/Saúde da Família, o que, conseqüentemente, beneficia os usuários;
- Criar o sistema de agendamento de consultas e marcação de exames pela internet ou telefone;
- Criar mecanismos para entrega em domicílio dos medicamentos dispensados pela Secretaria de Saúde Municipal.

II - ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE

- Consolidar o cartão de identificação dos usuários – cartão SUS ou similar;
- Implementar a Central de Regulação, com módulo de consultas e exames especializados, pelo módulo de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade, pelo módulo de internações de urgência e emergência e pelo módulo de internações eletivas;
- Melhorar os sistemas de apoio diagnóstico e terapêutico – patologia clínica, imagens (Raio-X, Ultrassonografia, Tomografia, Ressonância, entre outros);
- Organizar a assistência farmacêutica, desde a aquisição até a entrega ao usuário;
- Adquirir transportes sanitários (ambulâncias, transporte para carregar pacientes crônicos, transporte de amostras de exames e transporte de resíduos de saúde);
- Conhecer experiência de outros municípios em serviços de Pronto-atendimento (pré-hospitalar fixo) com objetivo de avaliar a possibilidade de sua implantação em nosso município, para atendimento das urgências em clínicas básicas (pediatria, ginecologia, cardiologia e clínica médica) se necessário será removido para a rede hospitalar do município, por

meio do serviço pré-hospitalar móvel (SAMU);

III - ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA E DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

- Definir conjuntamente com os gestores municipais de saúde a alocações de recursos físicos e financeiros para Programação Pactuada e Integrada – PPI a partir de parâmetros definidos pela atenção básica;
- Trazer para a discussão junto ao Conselho Municipal de Saúde recursos do Tesouro Municipal para pagamento diferenciado da tabela do SUS, dando prioridade a procedimentos de média e alta complexidade;
- Continuar com o desenvolvimento da Política Nacional de Saúde Mental, através dos CAPS, trabalhando também a qualificação dos profissionais e dos serviços;
- Regularizar a situação de todos os prestadores de serviços de saúde de Campina Grande;
- Tornar o ISEA, um complexo de Atenção Materno-Infantil, ampliando as instalações de ambulatorios, enfermarias e emergência em pediatria e casa de apoio a gestante de alto risco;
- Apoiar a rede hospitalar complementar do SUS, para melhorar o aparelhamento e investir em tecnologia de ponta na área da saúde, com objetivo de reativar a condição de polo de saúde eficiente do planalto da Borborema, ou melhor, da Paraíba.

IV - POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

- **Saúde da Criança:**
 -  Implantar os comitês institucionais nas maternidades, para melhoria da assistência obstetra e neonatal;
 -  Redução da mortalidade infantil e neonatal, com a melhoria e adequação das UTI Neonatal e Pediatria.
- **Saúde do Adolescente:**
 -  Implantação de Espaço Adolescente e Jovem, proporcionando a essa população condições de mais ações educativas e

preventivas oferecendo um atendimento integral em todos os níveis de complexidade, visando á integralidade das ações e o protagonista jovem;

- ✚ Ampliar a participação das escolas no Projeto Saúde e Prevenção na Escola;
- ✚ Criação da semana de Prevenção á gravidez na adolescência, em parceria com a secretaria de Educação e de Saúde.

- **Saúde do adulto:**

- ✚ Implantação da Casa Abrigo para atendimento de mulheres em situação de risco e/ou vulnerabilidade á violência doméstica e sexual, além da criação de uma coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as mulheres;
- ✚ Implantação de um ambulatório especializado para atendimento as gestantes de Alto Risco, com profissionais capacitados para o enfrentamento á mortalidade materna.

Homens

- ✚ Apoiar a implantação da política da saúde do homem, com ênfase a prevenção do câncer, doenças cardiovasculares, e prevenção das causas externas, baseado nas diretrizes a serem aprovadas pelo Ministério da Saúde.

Idoso

- ✚ Implantação de um centro de referência de atendimento ao idoso, onde será oferecido consultas especializadas, com atendimento humanizado.
- ✚ Implantação das ações de promoção da alimentação saudável em todos os Ciclos da Vida, em parceria com o Conselho de Segurança Alimentar, com a perspectiva de melhoria de qualidade de vida da população de Campina Grande.

Portadores de necessidades especiais – estima-se que 14,5% da população de Campina Grande tem algum tipo de deficiência.

- ✚ Reativar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência com dotação orçamentária específica;

- Melhorar a acessibilidade física e de comunicação em todos os serviços de saúde, desde as UBS até os serviços de alta complexidade.
- Formar parceria com o Governo do Estado para construção de um serviço de Referência em Medicina Física e Reabilitação.

V - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DE SAÚDE

- Apoiar o Conselho Municipal de Saúde, as Conferências de Saúde, Ouvidoria e os Movimentos Sociais que atuam no campo da saúde;
- Criar uma Escola Municipal de Saúde Pública;
- Criar Instrumentos para Avaliar o impacto das ações de saúde no município;
- Implantar uma comissão intersetorial para elencar as prioridades do setor tendo a responsabilidade de apresentar propostas para construção de um Plano Municipal de Saúde coerente com as reais necessidades do município;
- Assinar o Termo de Compromisso de Gestão, tornando o município habilitado para fortalecer a gestão municipal com mais financiamento para a saúde;
- Construir um Plano Municipal, baseado nas necessidades de saúde da população, ouvindo as comunidades e os profissionais de saúde, bem como os parceiros do SUS;
- Reavaliar a estrutura da saúde, objetivando contemplar todas as políticas públicas para a saúde;
- Fortalecer os Distritos de Galante e São José da Mata, implantando estruturas de saúde resolutivas e de qualidade;
- Reavaliar o desenho dos Distritos Sanitários, tornando-os territórios sanitários intermunicipais, com autonomia administrativa e de apoio as Unidades de Saúde, ouvindo as lideranças comunitárias.

17. Educação

O atual gerenciamento da educação para o Ensino Fundamental no município de Campina Grande merece sérias reflexões. Fatores, tais como: alto índice de evasão escolar; elevado número de crianças e adolescentes em idade escolar sem acesso às salas de aula por falta de vagas; o limitado número de vagas nas creches; a migração gradativa do ensino público para o ensino privado, a falta de planejamento dos programas pedagógicos financiados pelo Governo Federal irão exigir do próximo Governo Municipal a adoção de uma política estruturante para a Educação, objetivando dar prioridade absoluta a este setor, fundamental para o exercício da cidadania.

Uma das preocupações latentes em parâmetros nacionais consiste no mau desempenho de nossos estudantes se comparados a outros países emergentes. Assim, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB é criado em 2007 como uma iniciativa para medir a qualidade do aprendizado nacionalmente e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

O IDEB do Fundamental I em Campina Grande é 3,8 e do Fundamental II, apenas 2,9, quando 6 é o mínimo aceitável. Para construirmos uma perspectiva de futuro para nossas crianças e jovens temos que acelerar rápida e vigorosamente o IDEB, fazendo um verdadeiro pacto social pela educação em Campina, envolvendo a prefeitura, gestores, trabalhadores em educação, professores e sociedade civil num projeto ambicioso para revolucionar a educação em nosso município.

Não se pode pensar em educação sem uma ação estruturante que integre ações em conjunto com o Governo Estadual e Federal. Neste sentido, pretendemos criar um cronograma de atividades a curto, médio e longo prazo. Com o slogan “CAMPINA, GRANDE AMIGA DA EDUCAÇÃO” buscaremos reestruturar o padrão físico das escolas, no sentido de proporcionar ao alunado condições que possibilitem um salto no aprendizado.

A capacitação e valorização dos professores e demais profissionais da educação são prioritários e serão compromissos estratégicos para a verdadeira revolução que Daniella Ribeiro pretende empreender na educação de Campina Grande. O ensino integral e a massiva prática de esportes integram a proposta da Coligação **Pra Campina Crescer em Paz**. É necessária uma integração escola-família e comunidade. Serão

desenvolvidos diversos planos de ação, incluindo-se as áreas de cultura, esporte, lazer e saúde.

Os dados do IBGE mostram uma diminuição de matrículas no ensino fundamental na escola pública municipal e estadual. Entre 2005 e 2011, na rede pública estadual, os números caíram de 32.820 para 24.673, o que corresponde a uma diminuição de aproximadamente 25%. No município os números caíram de 29.424 para 20.338, uma redução alarmante de 30%. Este é um dado extremamente preocupante e não pode ser explicado pela redução da taxa de natalidade no país nos últimos anos, pois entre as cidades cuja população é entre 150.000 e 400.000 habitantes, Campina Grande teve o maior declínio.

Porém é importante ressaltar que se a maior influência fosse a taxa de natalidade, essa redução também em grande escala seria, igualmente, observada no número de matrículas nas escolas privadas. Entre 2005 e 2007 há uma redução de 8,6% (13.537/12.384), mas nos dois anos seguinte há um acréscimo de quase 29% (12.384/15.960). Esses números nos levam a uma hipótese principal: as pessoas estão deixando a escola pública e buscando escolas privadas. Este aumento nos dois anos entre 2007-2009 tem indícios de ser reflexo da melhora da situação econômica da população. E mais: Por que as pessoas estão buscando as escolas privadas? Falta de qualidade do ensino? Insegurança? Falta de infraestrutura?

O mesmo fenômeno ocorre quando se analisam os dados das matrículas no ensino médio e ensino pré-escolar. O número de escolas do ensino fundamental na cidade caiu de 130 para 123 nos anos analisados. Por consequência o número de docentes também caiu. Por outro lado é preciso observar que o número de escolas do ensino pré-escolar aumentou de 101 para 107. Em contrapartida o número de docentes caiu de 225 para 204. A redução pode aparentar não ser significativa, levando-se em conta apenas a quantidade de professores, mas se analisarmos a outra variável (número de escolas aumentado em 6) o valor ganha relevância.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Ampliação e reforma das escolas municipais, promovendo um melhor ambiente de aprendizagem para as crianças do município;
- Elaboração de um **PLANO DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO MUNICIPAL**, através de uma parceria com as

universidades públicas, faculdades e outras entidades, estudos e projetos de cunho educacional, descentralizando as ações da Secretaria de Educação;

- Fortalecimento do **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, garantindo a paridade entre estado e sociedade civil, efetivando o controle social e a discussão dos recursos da educação para o município;
- **CAPACITAR OS PROFESSORES** proporcionando uma atualização curricular condizente com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)
- **ESPECIALIZAR** o corpo técnico-administrativo, através da formação dos servidores e técnicos, gerando recursos humanos mais eficientes;
- Implementar um programa de **ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM**, objetivando reintegrar os alunos com deficiência pedagógica no ciclo escolar, conforme a idade prevista;
- Dotar as escolas municipais de uma **ESTAÇÃO DIGITAL**, visando a integração do alunado às ferramentas digitais, incluindo o acesso a internet nas escolas que estão em zona rural;
- Garantia do **acesso e permanência** de alunos com necessidades especiais nas escolas municipais;
- Elaborar e efetivar um **CARDÁPIO ESCOLAR** por nutricionista, adequando à agricultura familiar da cidade;
- Ampliação dos **CENTROS DIGITAIS DE CIDADANIA (CDC)** programa de inclusão sócio-digital que oferece treinamentos e cursos, visando o acesso ao mercado de trabalho;
- Inserir na política pedagógica escolar o tema **EDUCAÇÃO SEXUAL** de forma continua e transversal, capacitando professor(a), coordenador(a) e demais servidores(as) da educação;
- Reestruturação e dinamização da **ESCOLA DO SERVIDOR**, no intuito de proporcionar capacitação e formação dos servidores públicos municipais;
- Implantação de projeto **ESCOLA ABERTA** do Governo Federal,

possibilitando atividades de cultura, esporte e lazer nas escolas municipais;

- Efetivar a **Lei 11.645/08** que prevê o **ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA** nas escolas públicas, fortalecendo as nossas raízes históricas.
- Investimento na **BIBLIOTECA MUNICIPAL**, implantando um polo digital e ampliando o acervo bibliográfico, sobretudo de autores paraibanos;
- Implantação de um **CATÁLOGO DIGITAL** do acervo das bibliotecas escolares e Biblioteca Municipal para acesso em todas as escolas através de suas estações digitais;
- Ampliação do número de **BIBLIOTECAS** e do **ACERVO BIBLIOGRÁFICO** nas escolas municipais.
- Implantação do **PONTO DE LEITURA E DE CULTURA**, atraindo investimentos do Governo Federal e dinamizando as bibliotecas das escolas municipais;
- Desenvolvimento de programas de incentivo e apoio às **PRÁTICAS DESPORTIVAS**;
- Realização de **JOGOS ESCOLARES MUNICIPAIS** nas suas várias modalidades;
- Apoio e fortalecimento do **PROGRAMA SEGUNDO TEMPO** do Governo Federal, para oportunizar a prática de esportes no turno oposto ao horário escolar, objetivando que os jovens não sejam presas fáceis para o tráfico e a violência;
- Implantar, de forma gradativa, o **ENSINO EM TEMPO INTEGRAL** em todas as unidades de ensino do município;
- Oferecer o atendimento a demanda do que se refere à **PRÉ-ESCOLA**, garantindo a educação infantil a todas as crianças até os 05 anos;
- Garantir a todos os alunos matriculados da rede municipal de ensino, **fardamento e material escolar específico**, inclusive condizente à prática desportiva;

- Abrir as unidades de ensino nos finais de semana, oferecendo programação multicultural e esportiva, integrando pais, alunos e comunidade.
- Concurso de matemática interescolar;
- Implantar o projeto **LENDO E APRENDENDO**, com a implantação de bibliotecas comunitárias itinerantes em praças e logradouros públicos, seguindo um cronograma trimestral de itinerância;
- Parceria com o Governo do Estado na ampliação do **CURSO PRÉ-VESTIBULAR GRATUITO** para alunos provenientes da escola pública.

18. Cultura

Campina Grande é uma cidade que possui aspectos culturais riquíssimos. No entanto, com exceção do período junino, não temos um trabalho sistemático que possibilite o desenvolvimento de sua concepção cultural mais autêntica. Pretendemos, portanto, fomentar a cultura da cidade de forma que seus elementos geradores sejam valorizados e assim, transformar a cidade de Campina Grande em uma cidade referência também no plano cultural.

Percebe-se a dimensão cultural que Campina Grande possui, prova disso são os inúmeros eventos que ocorrem de forma espontânea. A sistematização destes eventos é uma prioridade, para que o segmento cultural de Campina Grande se reconheça e seja dinamizado a partir da gestão pública. Portanto, a criação de um calendário de eventos é extremamente necessária.

Para essa proposta, deve ser observado um processo democrático, reconhecendo e ouvindo os grupos e as comunidades que desenvolvem o que é de mais autêntico na cidade. Respeitando, claro, o fato de Campina Grande ser uma cidade multicultural, consequência da atração populacional pela qual a cidade passou e passa devido a sua pujança comercial.

A proposta baseia-se na valorização dos pilares culturais da cidade e na elaboração de um calendário de eventos e de ações que viabilize a existência e o desenvolvimento de todos os grupos culturais (quadrilhas juninas, grupos de capoeira, grupos teatrais, grupos folclóricos tradicionais, escolas de samba, blocos carnavalescos,

etc.) garantindo os incentivos e dando subsídios para que sejam compreendidos como integrantes das manifestações culturais da cidade.

A proposta cultural de Daniella Ribeiro para a Cidade considera que é, extremamente, importante a descentralização das ações e a parceria com as Sociedades de Amigos de Bairro (SAB's) e Clubes de Mães, centros aglutinadores populacionais nos bairros.

A recém-criada **Secretaria de Cultura** não possui dotação orçamentária, o que impossibilita que ela atue e realize um trabalho digno para a Cultura de Campina Grande. O Fundo Municipal de Incentivo a Cultura não tem sido anual, como estabelece a sua lei de criação, e não tem abarcado de forma significativa a multiplicidade de manifestações culturais da cidade e não tem sido fiel à sua proposta original. É com atenção à **CULTURA** que a cidade pode fortalecer o **TURISMO**.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Transformar o **Centro Histórico de Campina Grande** em um imenso Museu ao ar livre. Levantando os lugares de memória e exibindo placas e marcos com legendas acerca dos prédios e lugares (Calçadão, Rádio Borborema, Sorveteria Flórida, etc.), nos moldes dos Centros Históricos de Recife e Fortaleza.
- Criar **ROTEIROS CULTURAIS** no **Centro Histórico** de Campina Grande, integrando os lugares de memória com vários epicentros (Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande, Catedral de Nossa Senhora da Conceição, Vila Nova da Rainha e outros);
- Criar dispositivos de atração de público para os **PONTOS HISTÓRICOS** nos fins de semana;
- Instalar a Coordenadoria do Patrimônio Histórico Municipal;
- Projeto **MOSTRA LITERÁRIA DE CAMPINA GRANDE**, espaço para o lançamento de livros e atração de escritores de reconhecimento nacional;
- Projeto **SÁBADO NO BECO 31**: das 15h00 às 18h00, fecha-se o trecho de rua entre a *Marquês do Herval* e *Venâncio Neiva*,

havendo neste espaço a apresentação de atrações musicais e artísticas da cidade.

- Projeto **QUARTA NO CORETO**: às 18h00, da quarta-feira, reservar o Coreto da Praça Clementino Procópio para apresentação de atrações musicais e artísticas da cidade.
- Elaboração de um **CALENDÁRIO DE EVENTOS DE CAMPINA GRANDE**.
- NOVOS EVENTOS: **MISS CAMPINA GRANDE** (eleição das belezas campinenses a partir de uma prévia nos bairros);
- Fortalecimento e profissionalização do concurso de bandas e fanfarras (**FEST BANDA**), integrando-o ao CALENDÁRIO DE EVENTOS;
- NOVOS EVENTOS: **Semana alusiva ao aniversário da Cidade**, com um calendário cívico e histórico da cidade;
- Reestruturar os tradicionais **CONGRESSOS DE VIOLEIROS**, dotando-os além das competições de duplas, de palestras, oficinas e convidados especiais da área musical de outros sertões;
- NOVOS EVENTOS: **Semana da Consciência Negra**, com um calendário inclusivo trazendo a história e cultura afro-brasileira para as escolas, contribuindo com a execução da lei 11.645/08.
- Promover no Maior São João do Mundo os festejos juninos dos distritos, integrando a zona rural;
- Integrar ao Maior São João do Mundo uma exposição nacional de animais;
- Integrar ao Maior São João do Mundo o **FESTIVAL GASTRONÔMICO RAINHA DA BORBOREMA**, desenvolvendo uma faceta dos festejos dos mais significativos;
- Concurso de redação sobre a Campina Grande entre os alunos das escolas municipais, que acontecerá na semana de comemoração de aniversário da cidade, celebrado com uma publicação de um livro com os 50 melhores textos, escolhidos por uma comissão;
- **Levantamento e cadastramento** dos grupos de teatro, dança, coral, capoeira, etc. Trazendo-os ao conhecimento da

comunidade, tirando-os do anonimato através de uma publicação/catálogo dos artistas e grupos campinenses, com distribuição nacional, de atualização anual;

- Implantação do programa **ARTE NOS BAIRROS** com apresentações artísticas em todos os bairros e distritos.
- Incentivo e valorização dos artistas da terra com a **inclusão** destes na programação de festas populares organizadas pela prefeitura, inclusas no Calendário de Eventos;
- Promoção de concursos e exposição do município, possibilitando a divulgação pública de trabalhos de artistas da terra;
- Realização da feira de artes, cultura e lazer, em espaço dedicado a promover o trabalho de expositores no campo do artesanato, da moda e das artes;
- Imediata criação do **Instituto Municipal de Cultura**;
- Redimensionar e ampliar o atual **Fundo Municipal de Incentivo à Cultura (FUMIC)**;
- Transformar o antigo **Cine Capitólio** em um espaço **multifuncional** com predominância para as atividades culturais e exposições temáticas, integrando-o ao roteiro do Centro Histórico;
- Articular entre as empresas produtoras a continuidade do **PROJETO SEIS E MEIA**;
- **Projeto CAMPINA GRANDE CULTURAL** – possibilitando a iniciação, formação e produção artística nos bairros da cidade, de forma a criar um intercâmbio entre a periferia-centro, permitindo as comunidades mais longínquas oportunidades iguais para o exercício das artes em articulação com as SAB's;
- **OCUPAÇÃO ARTÍSTICA DAS PRAÇAS E PARQUES DA CIDADE**, visando oferecer novos espaços e novas oportunidades de mercado para os artistas locais;
- Recuperar a função do **CENTRO CULTURAL LOURDES RAMALHO** como instrumento de formação não apenas artística, mas de articulação com a Rede Municipal com vistas a implantar

a arte\educação nas escolas, desenvolvendo cursos, envolvendo as Universidades;

- Criar estruturas nos bairros (vinculadas às SAB's) para abrigar as quadrilhas juninas e para realização de ensaios durante o ano inteiro, de forma a constituir-se em atração de natureza turística;
- Investir na divulgação da cultura popular, fortalecendo e incentivando as novas vocações, através de realização de mostras culturais.

19. Esporte e Lazer

A prática esportiva atua na sociedade moderna como instrumento fundamental na boa formação das crianças e adolescentes, sendo ainda fator primordial para a saúde da população como um todo. Não há dúvidas que o esporte é primordial para formação do cidadão. Oferecer práticas esportivas para as crianças e adolescentes é ocupar o tempo ocioso, afastando-os do perigo das drogas que tão frequentemente ronda a sociedade.

Além disso, é necessário promover competições que possam revelar novos talentos no esporte, visto que no passado a cidade já revelou atletas de alto nível e há vários anos não surgiu nenhum nome de destaque na área. Faz-se necessário, num segundo momento, criar condições de treinamento para que o atleta revelado na cidade migre para os grandes centros.

A proposta do governo Daniella Ribeiro para o esporte será a de criar um programa de massificação da prática esportiva, tanto pelos alunos da rede fundamental de ensino como pela população em geral, através de um conjunto de projetos que serão destacados a seguir.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Instituir o Calendário Esportivo Municipal, atendendo às diversas modalidades esportivas, em todas as faixas etárias;
- Implantar o Programa CAMPINA SAUDÁVEL, de Promoção de Saúde e Lazer em todos os bairros e distritos do município, que levará, através

- de profissionais qualificados, conceitos de medicina preventiva e condicionamento físico aos principais locais de caminhadas e exercícios;
- Melhoria e criação de novos espaços para a prática dos esportes e lazer (campos de pelada; parques; quadra poliesportivas e praças de lazer);
 - Promover a prática da Educação Física no Ensino Fundamental em todas as escolas da rede municipal;
 - Introduzir a prática da atividade física e promoção de saúde em todos os PSF's e Grupos da Melhor Idade;
 - Apoiar os eventos esportivos amadores já existentes e estimular a criação de novas competições e campeonatos;
 - Criação do Programa BOLSA ATLETA no âmbito municipal, priorizando as modalidades individuais;
 - Restaurar a pista de caminhadas e a ciclovía do Canal de Bodocongó, hoje abandonadas;
 - Ampliar o nº de quadras poliesportivas e de quadras de areia nas escolas da rede municipal de ensino que disponham de área livre para implantação desses equipamentos;
 - Estabelecer parcerias junto aos governos estadual e federal e iniciativa privada para a implantação do projeto JOGOS OLÍMPICOS MUNICIPAIS, que objetivará a formação de atletas de alto nível técnico e de competitividade.
 - Criação de novas ciclovias nos bairros periféricos da cidade.
 - Construir uma Vila Olímpica na Zona Sul da cidade, precisamente no Campo do Paulistano, como forma de oferecer esporte e lazer às populações daquela área.

20. Segurança Pública

Nos últimos dez anos os números absolutos de assassinatos aumentaram na ordem de 75% na cidade de Campina Grande. A maioria desses assassinatos vitimou jovens do sexo masculino, com baixa escolaridade e envolvidos com a criminalidade.

Campina Grande hoje se encontra na quarta posição em violência homicida entre as cidades que possuem o seu mesmo porte populacional, ficando atrás apenas de Cariacica, Betim e Olinda. Suas taxas de homicídios estão quase cinco vezes acima do tolerável pelos órgãos de direitos humanos, e seus índices de violência patrimonial também crescem a olhos vistos.

Quais as Políticas Públicas podem ser adotadas para o arrefecimento da violência e o controle social na cidade de Campina Grande por parte do governo municipal? Sabe-se que a responsabilização institucional da Segurança Pública concentra-se em boa medida no papel dos estados da federação. Contudo, a Segurança Pública aparece na Constituição Brasileira como dever do Estado em uma estrutura federada. Sendo assim, o ator institucional municipal passa, também, a ser responsabilizado pela área da Segurança.

Em Campina Grande, a Guarda Municipal foi criada pela Lei Complementar nº 048, de 23 de junho de 2010, porém não foi instalada, não existe o Conselho Municipal de Segurança Pública, nem a Secretaria Municipal de Segurança Pública e inexistem um Plano Municipal de Segurança Pública. O que aponta para o diferencial do gestor municipal neste desafio que se apresenta. Nossa proposta é fazer um plano de gestão em segurança básico, objetivo e com metas claras a serem alcançadas. Para isso, é relevante entender o contexto da violência, percebendo a importância do gestor municipal na aplicação de políticas públicas devidamente direcionadas.

Seguindo a tendência nacional, os grupos mais vitimados por homicídios são formados por jovens. Campina Grande não foge a essa regra. Os jovens estão, também, mais diretamente envolvidos na criminalidade. O grupo mais vitimado está na faixa etária dos 20 aos 29 anos de idade. Deste modo, quase 50% das mortes por agressão no município ceifa indivíduos nessa faixa etária. Introduzindo a variável *jovens entre 15 e 29 anos*, o percentual sobe para quase 60% das vítimas de homicídios em Campina Grande.

As mortes por violência homicida são, majoritariamente, cometidas através do uso de arma de fogo. Em Campina Grande, dos 187 assassinatos do ano de 2010, por exemplo, 160 deles, ou 80% foram perpetrados por arma de fogo.

No que tange à cor da pele, a maioria dos assassinatos ocorre no grupo de cor parda. A maioria da população brasileira encontra-se nesse grupo. Praticamente, mais de 80% da população brasileira é considerada parda potencializando a variável dependente *violência homicida*, já que o grupo de maior vitimização é o de cor parda. Há uma forte correlação entre cor da pele e homicídios. Em Campina Grande, para o mesmo período, dos 187 homicídios, 178 deles, ou seja, 95,5% das vítimas eram de cor parda.

Quanto ao nível de escolaridade das vítimas, há um sério problema em se correlacionar com os homicídios perpetrados. Os dados ignorados no que tange ao nível de escolaridade, superam os 65% em Campina Grande. Contudo, para os dados confirmados dessa variável, as mortes por agressão tendem ao decréscimo quando os anos de escolaridade superam os oito anos de sala de aula.

Em Campina Grande, no ano de 2010, dos 122 crimes ocorridos e registrados por estado civil, 96 deles, ou 79%, foi de vítimas solteiras. O restante das categorias é insignificante estatisticamente. Os jovens, do sexo masculino, de baixo nível de escolaridade, de cor parda e solteiros são os mais vitimados e, geralmente, têm o mesmo perfil do jovem delinquente. Daí a necessidade de políticas de prevenção e repressão centradas, especificamente, nestes grupos. Suas taxas ultrapassam, e muito, as taxas de homicídios agregadas para toda a população.

Os dados estatísticos criminais apontam para a necessidade de Políticas Públicas norteadas por uma gestão qualificada, bem preparada intelectualmente e com forte domínio das novas tecnologias.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- O fortalecimento da Guarda Civil Municipal;
- Criação do Conselho Municipal de Segurança Pública;
- Criação da Secretaria Municipal de Segurança Pública;
- Elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública;
- Acesso dos municípios aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública;
- Apresentar à Câmara de Vereadores Projeto de Lei para por de restrição de funcionamento de bares e venda de bebidas alcoólicas;

- Policiamento Comunitário.

21. Trânsito e Transportes Públicos

Nos últimos dez anos, o número de veículos em Campina Grande quadruplicou saindo de 40 mil chegando hoje a mais de 160 mil. E este número é bem maior devido ao número de carros de outros municípios e até de outros estados que vem à cidade para fazer compras no comércio, trabalhar na indústria, estudar e utilizar a rede hospitalar. Durante este período pouco ou quase se nada se fez para abertura de novas vias que facilitem o tráfego. Diante da falta de preparação para o aumento de carros circulando, o que se observa nos horários de pico são engarrafamentos em determinados bairros e principalmente no Centro.

O transporte público é alvo de críticas pelos usuários, principalmente no que se refere ao cumprimento do horário e o estado de conservação dos ônibus. A prestação ineficaz do serviço obriga a população a buscar meios para se locomover dentro da cidade. Com a facilitação de financiamento dos veículos tornou-se mais cômodo comprar um carro ou uma motocicleta que depender do transporte público. Tanto é que 40% da frota da cidade é composta por motos.

Não há como negar que o grande número de veículos, com destaque para motocicletas, aumenta o risco de acidentes. Em 2011, foram registrados 2.475 acidentes de trânsito na cidade, o que representa uma média de 206 acidentes mensais. Do total, a maior parte tinha motocicletas envolvidas, transformando o trânsito numa questão de saúde pública. Os gastos com a recuperação das vítimas de acidentes são enormes.

Além dessas questões, o aumento dos veículos na cidade provoca falta de vaga nos estacionamentos e mais poluição. Atenuar este problema é desafio da gestão municipal. E a solução necessariamente pelo investimento em transporte público de qualidade para que a população tenha condições de usar o sistema de maneira satisfatória.

PROJETOS E INTERVENÇÕES

- Reestruturação do Sistema de Transporte com a finalidade de propor melhorias para os usuários adequando a oferta de transporte aos

requisitos de demanda, priorizando os principais pontos geradores e de atração de viagem da cidade;

- Estudo para implantação do Sistema de Integração Temporal;
- Estudo do sistema de táxi propondo melhorias para a categoria, com base na reavaliação de tarifas, planejamento do espaço urbano;
- Estudo do sistema de mototaxi, identificando os problemas operacionais e de gestão do sistema;
- Estudo para melhoria da circulação de tráfego da área central da cidade;
- Reavaliar o atual sistema de sinalização;
- Elaborar estudo dos pontos críticos de acidentes de trânsito;
- Proposta de abertura de vias;
- Implantação de novos binários;
- Implementar um programa sistemático de educação sobre acidentes de trânsito;
- Implantação de campanhas educativas junto às escolas;
- Implantação de campanhas educativas periódicas;
- Estudo de implantação de ciclovias e ciclo faixas;
- Implantação de sinalização adequada nos pontos de parada de transporte coletivo;
- Estudo para implantação de meio fio rebaixado em locais adequados para travessia de pedestre;
- Estudo para implantação de sinalização adequada promovendo a segurança nas saídas das escolas;
- Promoção de melhoria da acessibilidade para o portador de necessidades especiais.